

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023	11
DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022	12
DMPL - 01/03/2020 à 28/02/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023	25
DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022	26
DMPL - 01/03/2020 à 28/02/2021	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	121
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	127
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	129

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	130
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 28/02/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	350.000.000
Preferenciais	0
Total	350.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	486.500
Preferenciais	0
Total	486.500
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
1	Ativo Total	7.428.167	6.766.335	5.459.253
1.01	Ativo Circulante	3.456.698	3.210.508	2.445.622
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	988.730	1.239.750	710.343
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	33.712	32.923
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	33.712	32.923
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	33.712	32.923
1.01.03	Contas a Receber	883.276	725.515	626.048
1.01.03.01	Clientes	883.276	725.515	626.048
1.01.04	Estoques	1.391.272	936.549	897.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	128.781	163.776	114.278
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	128.781	163.776	114.278
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.198	6.020	11.724
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	61.441	105.186	53.242
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	46.589	38.309
1.01.08.03	Outros	61.441	58.597	14.933
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	674	528	1.144
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	37.098	14.341	1.720
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	16.159	24.485	4.899
1.01.08.03.05	Outros Créditos	7.510	19.243	7.170
1.02	Ativo Não Circulante	3.971.469	3.555.827	3.013.631
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	220.469	213.094	236.325
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.740	0	0
1.02.01.05	Estoques	15.843	15.404	22.303
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	190.886	197.690	214.022
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	172.784	178.969	205.167
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	8.648	7.968	6.596
1.02.01.10.05	Adiantamento a Fornecedores	899	0	1.889
1.02.01.10.06	Outros Créditos	8.555	10.753	370

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
1.02.02	Investimentos	1.769.245	1.758.699	1.595.686
1.02.02.01	Participações Societárias	1.769.245	1.758.699	1.595.686
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.769.245	1.758.699	1.595.686
1.02.03	Imobilizado	1.353.661	1.133.389	896.992
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.057.486	912.326	655.467
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	162.507	138.580	153.889
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	133.668	82.483	87.636
1.02.04	Intangível	628.094	450.645	284.628
1.02.04.01	Intangíveis	628.094	450.645	284.628
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	628.094	450.645	284.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2	Passivo Total	7.428.167	6.766.335	5.459.253
2.01	Passivo Circulante	1.722.597	1.048.945	1.197.656
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	82.191	58.092	59.416
2.01.01.01	Obrigações Sociais	42.090	25.371	34.460
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.101	32.721	24.956
2.01.02	Fornecedores	668.791	785.224	406.973
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	616.084	743.589	359.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	52.707	41.635	47.653
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.467	12.858	9.724
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.858	1.939	1.113
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	87	29	234
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	0	31	31
2.01.03.01.03	Outros	1.771	1.879	848
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.190	10.615	8.350
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	419	304	261
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	802.711	126.084	627.178
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	774.061	108.427	609.801
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	739.110	92.950	567.793
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.951	15.477	42.008
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	28.650	17.657	17.377
2.01.05	Outras Obrigações	165.437	66.687	94.365
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.909	34.073	47.302
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.909	34.073	47.302
2.01.05.02	Outros	64.528	32.614	47.063
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.190	7.685	6.363
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	1.632	6.822	8.216
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	16.795	8.926	23.658
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	27.765	9.181	8.826

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2.01.05.02.09	Contas a pagar aquisição de investimentos	11.146	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.706.377	2.838.590	1.552.889
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.470.496	2.630.051	1.404.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.328.595	2.501.633	1.263.030
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.328.595	2.501.633	1.263.030
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	141.901	128.418	141.548
2.02.02	Outras Obrigações	83.086	100.846	52.595
2.02.02.02	Outros	83.086	100.846	52.595
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	45	1.677	7.814
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.544	1.054	44.781
2.02.02.02.05	Contas a pagar aquisição de investimentos	71.004	77.606	0
2.02.02.02.06	Passivo à descoberto em controlada	10.493	20.509	0
2.02.03	Tributos Diferidos	107.561	82.797	77.846
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	107.561	82.797	77.846
2.02.04	Provisões	45.234	24.896	17.870
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.234	24.896	17.870
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.278	6.566	1.711
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.365	15.927	14.468
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.591	2.403	1.691
2.03	Patrimônio Líquido	2.999.193	2.878.800	2.708.708
2.03.01	Capital Social Realizado	937.994	937.994	937.994
2.03.01.01	Capital Social Realizado	950.374	950.374	950.374
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-12.380	-12.380	-12.380
2.03.02	Reservas de Capital	15.775	-92.481	-34.913
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	220	220	220
2.03.02.04	Opções Outorgadas	18.968	13.051	9.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.413	-105.752	-44.414
2.03.04	Reservas de Lucros	1.494.546	1.470.839	1.083.937

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2.03.04.01	Reserva Legal	120.055	105.518	88.008
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.187	319.700	77.885
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.108.304	1.045.621	918.044
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	550.878	562.448	721.690

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.438.828	6.619.973	5.369.935
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.973.058	-5.453.973	-4.282.520
3.03	Resultado Bruto	1.465.770	1.166.000	1.087.415
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-818.880	-592.257	-525.395
3.04.01	Despesas com Vendas	-673.742	-495.649	-423.395
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-441.300	-305.309	-243.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	191.756	0	23.057
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-11.049	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	104.406	219.750	118.165
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	646.890	573.743	562.020
3.06	Resultado Financeiro	-267.205	-126.777	-66.063
3.06.01	Receitas Financeiras	263.055	190.198	252.646
3.06.02	Despesas Financeiras	-530.260	-316.975	-318.709
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	379.685	446.966	495.957
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.264	30.818	-33.281
3.08.01	Corrente	-4.549	16.865	-34.258
3.08.02	Diferido	-21.715	13.953	977
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	353.421	477.784	462.676
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	353.421	477.784	462.676
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,0206	1,3156	1,2541
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,0014	1,2981	1,2461

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	353.421	477.784	462.676
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.452	-155.124	290.129
4.03	Resultado Abrangente do Período	345.969	322.660	752.805

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-261.115	652.418	375.664
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	687.683	544.806	605.194
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	379.685	446.966	495.957
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-104.406	-219.750	-118.165
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisionados	365.725	163.373	87.473
6.01.01.04	Juros Provisionados - Passivo de Arrendamento	6.099	6.416	5.249
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	5.433	-879	-1.543
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Descontos	41.819	-3.296	28.927
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	22.071	7.686	6.670
6.01.01.08	Provisão (Reversão) Outras Contas	15.565	10.798	-5.981
6.01.01.09	Depreciações	103.502	79.009	67.477
6.01.01.10	Amortizações Intangível	22.640	14.616	7.590
6.01.01.11	Amortizações Ativo de Direito de Uso	20.150	21.596	25.982
6.01.01.12	Baixa Bens do Imobilizado	865	14.686	-837
6.01.01.13	Baixa Intangível	345	3	2
6.01.01.14	Baixa - Ativo de Direito de Uso	-2.397	-1.727	-253
6.01.01.15	Provisão para Perda de Imobilizado	-98	516	0
6.01.01.16	Provisão de Ações Outorgadas	8.965	5.712	6.646
6.01.01.18	Compra vantajosa	-198.280	-919	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-948.798	107.612	-229.530
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber de Clientes	-205.576	-46.839	-150.883
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	-456.287	7.709	-173.017
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Tributos a Recuperar	45.276	59.214	223
6.01.02.04	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	57.801	-55.174	21.011
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	-126.489	378.081	72.872
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	24.099	-9.500	18.714
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	-28.302	-42.419	-9.754
6.01.02.08	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	54.663	-86.069	-35.721

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos	-313.983	-97.391	-56.539
6.01.02.11	Dividendos recebidos	0	0	83.564
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-171.701	-614.789	-175.722
6.02.01	Aplicações Financeiras	19.972	-789	-631
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-247.103	-109.232	-159.067
6.02.03	Venda de Imobilizado	562	2.441	559
6.02.04	Adições aos Investimentos	-167.969	-261.809	0
6.02.06	Caixa advindo de aquisição de controlada	0	2.272	0
6.02.07	Adições ao Intangível	-9.630	-72.410	-16.583
6.02.08	Aumento de capital controladas	0	-175.262	0
6.02.09	Dividendos recebidos	232.467	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	181.796	491.778	104.800
6.03.01	Captação de Empréstimos	566.544	1.379.488	1.427.710
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-128.127	-710.967	-1.034.587
6.03.03	Pagamentos de Passivo de Arrendamento	-25.128	-25.405	-28.909
6.03.05	Ações em Tesouraria Adquiridas	-101.493	-61.338	-44.414
6.03.07	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-130.000	-90.000	-215.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-251.020	529.407	304.742
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.239.750	710.343	405.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	988.730	1.239.750	710.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	108.256	-233.832	-100.000	0	-225.576
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.965	0	0	0	8.965
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-101.493	0	0	0	-101.493
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	203.832	-203.832	0	0	0
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-30.000	0	0	-30.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.539	-11.570	345.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.421	0	353.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-11.570	-7.452
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-7.452	-7.452
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.539	-257.539	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	257.539	-257.539	0	0
5.07	SalDOS Finais	937.994	15.775	1.494.546	0	550.878	2.999.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.568	-20.000	-75.000	0	-152.568
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.712	0	0	0	5.712
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-61.338	0	0	0	-61.338
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-20.000	-75.000	0	-95.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-1.942	0	0	0	-1.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	481.902	-159.242	322.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	477.784	0	477.784
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-159.242	-155.124
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-155.124	-155.124
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	406.902	-406.902	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	406.902	-406.902	0	0
5.07	Saldo Finais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2020 à 28/02/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	937.994	5.115	870.584	0	435.679	2.249.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	5.115	870.584	0	435.679	2.249.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-40.028	-75.400	-178.041	0	-293.469
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.646	0	0	0	6.646
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-44.414	0	0	0	-44.414
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.000	0	-70.000
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-75.400	-108.041	0	-183.441
5.04.10	IRPJ/CSLL Diferidos sobre Opção de Ações Outorgadas	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	466.794	286.011	752.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	462.676	0	462.676
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	286.011	290.129
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	290.129	290.129
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	288.753	-288.753	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	288.753	-288.753	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
7.01	Receitas	8.106.421	7.204.065	5.840.979
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.095.885	7.197.795	5.822.701
7.01.02	Outras Receitas	15.969	8.764	21.951
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.433	-2.494	-3.673
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.447.753	-5.786.146	-4.512.373
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.387.480	-4.999.518	-3.880.270
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-989.843	-752.852	-627.934
7.02.04	Outros	-70.430	-33.776	-4.169
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.658.668	1.417.919	1.328.606
7.04	Retenções	-146.292	-115.221	-101.049
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-146.292	-115.221	-101.049
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.512.376	1.302.698	1.227.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	565.741	409.948	370.811
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	104.406	219.750	118.165
7.06.02	Receitas Financeiras	263.055	190.198	252.646
7.06.03	Outros	198.280	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.078.117	1.712.646	1.598.368
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.078.117	1.712.646	1.598.368
7.08.01	Pessoal	432.965	309.138	281.164
7.08.01.01	Remuneração Direta	269.291	197.955	171.422
7.08.01.02	Benefícios	124.887	83.598	88.036
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.460	19.254	15.294
7.08.01.04	Outros	13.327	8.331	6.412
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	759.506	605.519	537.506
7.08.02.01	Federais	227.613	118.900	161.472
7.08.02.02	Estaduais	526.148	480.542	371.449
7.08.02.03	Municipais	5.745	6.077	4.585
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	532.225	320.205	317.022

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
7.08.03.01	Juros	514.153	304.404	302.012
7.08.03.02	Aluguéis	10.370	4.422	2.331
7.08.03.03	Outras	7.702	11.379	12.679
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.421	477.784	462.676
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.000	75.000	70.000
7.08.04.02	Dividendos	30.000	0	150.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	223.421	402.784	242.676

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
1	Ativo Total	9.213.881	7.930.970	6.166.787
1.01	Ativo Circulante	5.087.060	4.829.110	3.804.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.225.614	1.596.350	1.081.955
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	33.712	32.923
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	33.712	32.923
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	33.712	32.923
1.01.03	Contas a Receber	1.331.654	1.212.386	945.120
1.01.03.01	Clientes	1.331.654	1.212.386	945.120
1.01.04	Estoques	2.213.930	1.646.697	1.456.780
1.01.06	Tributos a Recuperar	221.493	195.020	145.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	221.493	195.020	145.633
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.830	12.698	16.716
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.539	132.247	124.908
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	46.589	38.309
1.01.08.03	Outros	83.539	85.658	86.599
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros - Derivativos	674	528	1.144
1.01.08.03.02	Créditos com Partes Relacionadas	13.613	12.421	43.411
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	16.159	24.485	4.899
1.01.08.03.05	Outros Créditos	53.093	48.224	37.145
1.02	Ativo Não Circulante	4.126.821	3.101.860	2.362.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	673.860	325.704	268.560
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.740	0	0
1.02.01.05	Estoques	40.419	44.453	53.108
1.02.01.07	Tributos Diferidos	15.235	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.235	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	71.909	70.965	0
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	29.127	28.745	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	42.782	42.220	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	532.557	210.286	215.452
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	184.349	189.761	205.167
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	33.776	9.757	8.010
1.02.01.10.05	Adiantamento a fornecedores	899	0	1.889
1.02.01.10.06	Outros Créditos	11.597	10.768	386
1.02.01.10.07	Ativo de Indenização	301.936	0	0
1.02.02	Investimentos	34.703	34.746	38.049
1.02.02.01	Participações Societárias	34.703	34.746	38.049
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	34.703	34.746	38.049
1.02.03	Imobilizado	2.273.393	1.756.482	1.338.400
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.929.867	1.494.165	1.068.771
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	185.779	160.953	167.855
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	157.747	101.364	101.774
1.02.04	Intangível	1.144.865	984.928	717.743
1.02.04.01	Intangíveis	1.144.865	984.928	717.743
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	1.144.865	984.928	717.743

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2	Passivo Total	9.213.881	7.930.970	6.166.787
2.01	Passivo Circulante	2.558.795	1.964.667	1.600.825
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	125.458	91.807	97.442
2.01.01.01	Obrigações Sociais	62.626	38.779	49.447
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.832	53.028	47.995
2.01.02	Fornecedores	1.023.498	1.101.036	673.599
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	903.448	1.021.353	600.280
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	120.050	79.683	73.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.409	47.922	34.871
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.042	27.946	17.881
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.700	22.165	13.946
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	84	31	427
2.01.03.01.03	Outros	8.258	5.750	3.508
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11.549	19.643	16.706
2.01.03.02.01	Imposto de Renda a Pagar	4.085	2.987	1.042
2.01.03.02.02	Outros	7.464	16.656	15.664
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	818	333	284
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.178.555	623.139	703.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.147.143	599.910	682.135
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	739.110	92.951	567.793
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	408.033	506.959	114.342
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	31.412	23.229	21.006
2.01.05	Outras Obrigações	194.875	100.763	91.772
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.896	20.679	21.745
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	35.896	20.679	21.745
2.01.05.02	Outros	158.979	80.084	70.027
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.190	7.685	6.363
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	6.797	9.672	8.374

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	16.991	11.602	23.687
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	98.914	51.125	31.603
2.01.05.02.09	Contas a pagar aquisição de investimentos	29.087	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.655.664	3.087.302	1.857.254
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.998.087	2.806.874	1.661.479
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.835.058	2.663.820	1.513.186
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.328.595	2.501.632	1.263.030
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	506.463	162.188	250.156
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	163.029	143.054	148.293
2.02.02	Outras Obrigações	129.639	131.240	57.596
2.02.02.02	Outros	129.639	131.240	57.596
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	18.072	25.114	8.050
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	13.602	28.520	49.546
2.02.02.02.05	Contas a pagar aquisição de investimentos	97.965	77.606	0
2.02.03	Tributos Diferidos	154.907	102.984	113.325
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154.907	102.984	113.325
2.02.04	Provisões	373.031	46.204	24.854
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	373.031	46.204	24.854
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	82.432	22.482	1.712
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.833	20.315	21.429
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	244.766	3.407	1.713
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.999.422	2.879.001	2.708.708
2.03.01	Capital Social Realizado	937.994	937.994	937.994
2.03.01.01	Capital Social	950.374	950.374	950.374
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-12.380	-12.380	-12.380
2.03.02	Reservas de Capital	15.775	-92.481	-34.913
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	220	220	220
2.03.02.04	Opções Outorgadas	18.968	13.051	9.281

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2023	Penúltimo Exercício 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 28/02/2021
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.413	-105.752	-44.414
2.03.04	Reservas de Lucros	1.494.546	1.470.839	1.083.937
2.03.04.01	Reserva Legal	120.055	105.518	88.008
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.187	319.700	77.885
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.108.304	1.045.621	918.044
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	550.878	562.448	721.690
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229	201	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.205.488	9.015.855	7.465.979
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.085.625	-7.237.702	-5.804.994
3.03	Resultado Bruto	2.119.863	1.778.153	1.660.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.434.075	-1.141.224	-1.038.793
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.060.306	-807.525	-701.222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-586.604	-443.197	-360.858
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	213.469	109.334	24.604
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-634	164	-1.317
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	685.788	636.929	622.192
3.06	Resultado Financeiro	-290.563	-127.590	-85.029
3.06.01	Receitas Financeiras	301.981	218.319	278.206
3.06.02	Despesas Financeiras	-592.544	-345.909	-363.235
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	395.225	509.339	537.163
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.541	-30.618	-74.487
3.08.01	Corrente	-26.268	-31.064	-73.449
3.08.02	Diferido	-15.273	446	-1.038
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	353.684	478.721	462.676
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	353.684	478.721	462.676
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	353.421	477.784	462.676
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	263	937	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	353.684	478.721	462.676
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.452	-155.124	290.129
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	346.232	323.597	752.805
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	345.969	322.660	752.805
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	263	937	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-138.913	485.594	473.058
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	906.409	884.168	835.754
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	395.225	509.339	537.163
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	634	-164	1.317
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisionados	381.779	175.670	91.614
6.01.01.04	Juros Provisionados - Passivo de Arrendamento	10.408	6.554	5.991
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	5.460	-1.050	-1.283
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Descontos	41.154	-3.296	28.927
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	26.777	24.399	4.826
6.01.01.08	Provisão (Reversão) Outras Contas	164	9.838	-5.981
6.01.01.09	Depreciações	170.028	125.813	119.111
6.01.01.10	Amortizações Intangível	30.135	18.575	9.606
6.01.01.11	Amortizações Ativo de Direito de Uso	33.869	28.470	36.107
6.01.01.12	Baixa Bens do Imobilizado	1.672	31.861	1.959
6.01.01.13	Baixa Intangível	345	3	2
6.01.01.14	Baixa - Ativo de Direito de Uso	-1.828	-1.743	-251
6.01.01.15	Provisão para Perda de Imobilizado	-98	516	0
6.01.01.16	Provisão de Ações Outorgadas	8.965	5.712	6.646
6.01.01.18	Compra vantajosa	-198.280	-46.329	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.045.322	-398.574	-362.696
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber de Clientes	-112.715	-261.926	-182.745
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	-504.925	-173.665	-192.165
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Tributos a Recuperar	-21.061	-16.445	13.207
6.01.02.04	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	66.752	-11.293	15.267
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	-148.684	450.248	113.264
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	33.651	-2.409	25.311
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	-23.223	5.703	-26.982
6.01.02.08	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	11.462	-265.368	-34.287

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos	-328.973	-100.772	-73.913
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-17.606	-22.647	-19.653
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-619.047	-595.161	-213.960
6.02.01	Aplicações Financeiras	19.972	-789	-631
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-304.965	-160.933	-194.256
6.02.03	Venda de Imobilizado	1.077	28.598	1.460
6.02.04	Adições aos Investimentos	-328.241	-416.377	0
6.02.05	Alienação de Investimentos	3.667	0	0
6.02.06	Caixa advindo de aquisição de controlada	13.721	29.242	0
6.02.07	Adições ao Intangível	-24.278	-74.902	-20.533
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	393.640	678.206	245.881
6.03.01	Captação de Empréstimos	1.969.059	2.327.810	2.306.134
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-1.302.323	-1.288.852	-1.759.789
6.03.03	Pagamentos de Passivo de Arrendamento	-41.603	-32.636	-41.050
6.03.05	Ações em Tesouraria Adquiridas	-101.493	-61.338	-44.414
6.03.07	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-130.000	-90.000	-215.000
6.03.08	Pagamento de dívida em controladas adquiridas	0	-176.778	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.416	-54.244	39.212
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-370.736	514.395	544.191
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.596.350	1.081.955	537.764
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.225.614	1.596.350	1.081.955

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	108.256	-233.832	-100.000	0	-225.576	-235	-225.811
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.965	0	0	0	8.965	0	8.965
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-101.493	0	0	0	-101.493	0	-101.493
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000	0	-100.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	203.832	-203.832	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-30.000	0	0	-30.000	0	-30.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048	0	-3.048
5.04.11	Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-235	-235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.539	-11.570	345.969	263	346.232
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.421	0	353.421	263	353.684
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-11.570	-7.452	0	-7.452
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-7.452	-7.452	0	-7.452
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.539	-257.539	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	257.539	-257.539	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	15.775	1.494.546	0	550.878	2.999.193	229	2.999.422

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708	0	2.708.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708	0	2.708.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.568	-20.000	-75.000	0	-152.568	-736	-153.304
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.712	0	0	0	5.712	0	5.712
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-61.338	0	0	0	-61.338	0	-61.338
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-20.000	-75.000	0	-95.000	0	-95.000
5.04.08	Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-736	-736
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-1.942	0	0	0	-1.942	0	-1.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	481.902	-159.242	322.660	937	323.597
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	477.784	0	477.784	937	478.721
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-159.242	-155.124	0	-155.124
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-155.124	-155.124	0	-155.124
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	406.902	-406.902	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	406.902	-406.902	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2020 à 28/02/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	937.994	5.115	870.584	0	435.679	2.249.372	0	2.249.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	5.115	870.584	0	435.679	2.249.372	0	2.249.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-40.028	-75.400	-178.041	0	-293.469	0	-293.469
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.646	0	0	0	6.646	0	6.646
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-44.414	0	0	0	-44.414	0	-44.414
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.000	0	-70.000	0	-70.000
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-75.400	-108.041	0	-183.441	0	-183.441
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	466.794	286.011	752.805	0	752.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	462.676	0	462.676	0	462.676
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	286.011	290.129	0	290.129
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	290.129	290.129	0	290.129
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	288.753	-288.753	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	288.753	-288.753	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708	0	2.708.708

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
7.01	Receitas	10.989.154	9.799.860	8.007.355
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.949.065	9.665.249	7.984.672
7.01.02	Outras Receitas	45.549	137.404	27.178
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.460	-2.793	-4.495
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.738.944	-7.725.303	-6.137.443
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.202.038	-6.527.722	-5.151.234
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.458.606	-1.155.547	-978.361
7.02.04	Outros	-78.300	-42.034	-7.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.250.210	2.074.557	1.869.912
7.04	Retenções	-234.032	-172.858	-164.824
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-234.032	-172.858	-164.824
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.016.178	1.901.699	1.705.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	499.627	218.483	276.889
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-634	164	-1.317
7.06.02	Receitas Financeiras	301.981	218.319	278.206
7.06.03	Outros	198.280	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.515.805	2.120.182	1.981.977
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.515.805	2.120.182	1.981.977
7.08.01	Pessoal	690.383	538.066	494.207
7.08.01.01	Remuneração Direta	495.605	403.790	361.847
7.08.01.02	Benefícios	151.908	106.233	110.599
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.460	19.254	15.294
7.08.01.04	Outros	17.410	8.789	6.467
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	878.696	753.506	662.760
7.08.02.01	Federais	244.372	181.335	204.281
7.08.02.02	Estaduais	621.393	559.490	446.986
7.08.02.03	Municipais	12.931	12.681	11.493
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	593.042	349.889	362.334

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Penúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022	Antepenúltimo Exercício 01/03/2020 à 28/02/2021
7.08.03.01	Juros	574.355	333.334	346.540
7.08.03.02	Aluguéis	10.984	5.176	3.115
7.08.03.03	Outras	7.703	11.379	12.679
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	353.684	478.721	462.676
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.000	75.000	70.000
7.08.04.02	Dividendos	30.000	0	150.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	223.421	402.784	242.676
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	263	937	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados leitores,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil" e "Companhia"), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2023 ("2022") e 28 de fevereiro de 2022 ("2021"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", o mais alto nível de governança da B3. A Camil Alimentos é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como plataforma de alimentos multicategoria na América Latina. Os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de grãos, adoçados, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, biscoitos, produtos saudáveis, dentre outros alimentos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado, incluindo Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel no Brasil, Saman e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru e Rico Arroz no Equador. Além das marcas principais, o portfólio da Companhia contempla diversas outras marcas regionais, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

Mensagem da Administração

No ano de 2022, a Camil registrou uma receita bruta recorde de R\$11,7 bilhões, 15% acima do ano anterior, com um EBITDA de R\$920 milhões, crescimento de 13% e margem de 9% no ano. A Companhia apresentou indicadores recordes que representam um novo patamar, marcado pela concretização de uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas no mercado doméstico e internacional.

No Brasil, agregamos ao nosso portfólio três novas categorias: massas, café e biscoitos. Esse é mais um importante passo para a diversificação da Companhia, com categorias que detêm relevante potencial de crescimento e maior valor agregado. Esse passo consolida a Camil como plataforma de alimentos na América Latina com um mix cada vez maior de produtos e categorias com maior potencial de crescimento e de maior valor agregado.

A operação de massas completou um ano em nosso portfólio, com avanços relevantes: potencializamos as sinergias anunciadas com o plano de integração de Santa Amália, além de atuar com excelente rentabilidade no ano, mesmo diante de um cenário difícil para as operações de trigo no contexto global. Realizamos uma simplificação e reposicionamento do portfólio e, com isso, potencializamos a rentabilidade da categoria dobrando a margem da Santa Amália em apenas um ano. Logo depois da entrada em massas, anunciamos o lançamento de café, com investimento na Café Bom Dia e lançamento do Café União, revitalizando uma das marcas mais tradicionais do Brasil que já foi líder de mercado na categoria. Trabalhamos intensamente para que nossos cafés chegassem às gôndolas em abril de 2022, saindo de zero para um market share de 5% na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Seguimos alavancando nosso crescimento com lançamento de novos produtos para potencializar o ganho de escala em café. E claro, não podemos deixar de destacar a nossa mais recente aquisição: a entrada da Companhia em biscoitos com a marca Mabel e licenciamento da marca Toddy para cookies. A entrada em biscoitos reforça a presença da Camil no centro-oeste, nordeste e sudeste do Brasil, além de contemplar sinergias de suprimentos, comercial e de despesas gerais e administrativas.

No internacional, anunciamos nossa entrada no mercado equatoriano de arroz, com a aquisição da Dajahu, líder no segmento de arroz envelhecido no país com market share significativo e elevado potencial de crescimento. Também concluímos a aquisição da Silcom no Uruguai, aumentando nossa participação no mercado interno uruguaio com posição de relevância na categoria de produtos saudáveis no país, atendendo uma demanda crescente em hábitos de consumo e representando nosso primeiro passo de expansão internacional de novas categorias no internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Todas as aquisições e seus excelentes resultados esse ano com integrações rápidas e eficientes reforçam nosso espírito empreendedor, com foco no crescimento estratégico através da soma de sinergias entre categorias. Agora, a Companhia está focada na manutenção dos níveis de eficiência, no blend de produtos com foco em maior valor agregado, e na nossa capacidade de potencializar vendas com a estratégia de cross-selling, alavancando vendas através das categorias.

Do lado operacional, o segundo semestre de 2022 foi impactado pelos resultados de um cenário econômico desafiador na América Latina, que pressionaram os resultados no setor de varejo alimentar e, consequentemente, impactaram o planejamento operacional de vendas e rentabilidade da categorias de alto giro no Brasil (grãos e açúcar) e as vendas de arroz no Peru e no Chile. Como uma das maiores empresas de alimentos LatAm com marcas relevantes e atendimento a diferentes nichos de consumo no Brasil, conseguimos defender parte desses efeitos nos resultados. Estamos com ações internas focadas no incremento de vendas e melhoria de processos, impulsionando junto com o crescimento de vendas do alto valor, a nossa expansão de forma sustentável.

Com um ano marcado por aquisições e nossa expansão em novas categorias e países, a Camil hoje movimenta uma cadeia ainda maior de stakeholders e parceiros, e temos ciência da nossa relevância e responsabilidade na cadeia. Por isso, continuamos trabalhando em nossas ações de ESG – que andam de mãos dadas com nossa estratégia de crescimento e rentabilidade. Nossas ações estão atreladas aos pilares estratégicos da Camil e são focadas nos temas materiais, focadas em iniciativas relevantes para nosso crescimento e para reduzir riscos na operação. Toda a diretoria da Camil possui metas ESG atreladas à remuneração variável, e seguimos com grupos de trabalho de equipes multidisciplinares que concretizam as ações e prestam contas para o Comitê de ESG e Ética. Para maiores informações, apresentamos em detalhes nossas ações no relatório de sustentabilidade, disponível na seção de ESG do site de Relações com Investidores.

Diante de um contexto macro desafiador e os desafios impostos pelas aquisições no último exercício, gostaria de agradecer nesse ano especialmente ao nosso time de colaboradores Camil pela dedicação, assim como pela confiança de nossos conselheiros, acionistas, parceiros, clientes e consumidores. Com uma robusta plataforma de marcas fortes, posicionamento de liderança, e know-how de mercado, iniciamos um novo ciclo, reforçando a nossa responsabilidade e agilidade cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho para antecipar tendências e fortalecer nossa posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eventos Recentes

🕒 **Fevereiro-2023: Pagamento de Juros sobre Capital Próprio**

Em fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$25 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,07 por ação, com pagamento realizado no dia 3/mar/2023. Durante o exercício de 2022, foram aprovados os pagamentos de R\$130 milhões em proventos aos acionistas, correspondente ao valor bruto unitário de aprox. R\$0,37 por ação.

🕒 **Janeiro-2023: Aprovação do novo Programa de Recompra (8º) e Cancelamento de Ações em Tesouraria**

Em janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações. O programa autoriza a recompra de até 9 milhões de ações no prazo de 18 meses. Além disso, foi aprovado o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria. Após o cancelamento, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia atual é de 350.000.000 de ações.

🕒 **Dezembro-2022: Encerramento do 7º Programa de Recompra**

Em dezembro de 2022, a Camil comunicou o encerramento do seu 7º Programa de Recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022, por meio do qual foram adquiridas 10.000.000 de ações ordinárias.

🕒 **Dezembro-2022: Camil Day**

Em dezembro de 2022, a Camil realizou o Camil Day 2022 presencial em São Paulo (SP). O evento contou com mais de 100 participantes e com apresentações dos membros da diretoria da Companhia, abordando temas de eficiência industrial, resultados recentes, e tirando dúvidas do mercado com relação à Camil e ao setor. A apresentação do evento está disponível na CVM e no [site de Relações com Investidores da Companhia](#).

🕒 **Novembro-2022: Conclusão da aquisição da Mabel e licenciamento da marca Toddy para cookies**

Em novembro de 2022, a Camil concluiu a operação que resultou na aquisição da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. ("Mabel"), marcando a entrada na categoria de biscoitos no Brasil. A Mabel atua no segmento de biscoitos desde 1953 e conta com as plantas industriais em Aparecida de Goiânia (GO) e Itaporanga D'Ajuda (SE). A aquisição também inclui o licenciamento para a Camil da marca "Toddy" para cookies pelo prazo de 10 anos. A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado, com sinergias atreladas ao modelo de negócios de *cross-selling* e ganhos de escala da Camil, assim como pela complementariedade com os negócios de massas da Companhia.

🕒 **Setembro-2022: Informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa**

Em setembro de 2022, a Camil publicou seu informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa 2022. Passamos de uma aderência de 81% no informe de 2021, para 85% em 2022, reforçando ainda mais nossa governança, já reconhecida pelo mercado. Para consultar o Informe, acesse o [site de Relações com Investidores da Companhia](#).

🕒 **Julho-2022: Relatório de Sustentabilidade**

A Companhia publicou seu Relatório de Sustentabilidade, uma ferramenta de fomento à transparência com a qual demonstramos os avanços da Companhia e afirmamos o compromisso com a sustentabilidade de nossas operações. Ao longo do documento, que teve como referência a Global Reporting Initiative (GRI) entre outros principais frameworks globais em sustentabilidade, compartilhamos conquistas e principais ações nos mercados em que atuamos. Para consultar o relatório, acesse a seção de ESG do [site de Relações com Investidores da Companhia](#).

Prêmios e Reconhecimentos

🕒 **Novembro-2022: Prêmio Melhores do Agronegócio:** Realizada pelo Globo Rural, a pesquisa avalia e premia empresas de diversos segmentos, com base nos seus resultados financeiros do ano anterior, como receita líquida, endividamento, liquidez e margem - que representam 70% da pontuação -, e indicadores de responsabilidade socioambiental, que têm peso de 30% na nota final. A metodologia é desenvolvida pela Serasa Experian. **A Camil foi mais uma vez premiada em primeiro lugar no segmento de Alimentos e Bebidas.**

🕒 **Outubro-2022: Prêmio Top of Mind Datafolha:** A pesquisa premia as marcas mais lembradas pelos brasileiros em diversas categorias de produtos e serviços e é realizada desde 1991. São entrevistados adultos em mais de 170 cidades brasileiras e 50 categorias. Em 2022, mais uma vez Camil recebeu a premiação como **marca mais lembrada em Feijão e União como mais lembrada em Açúcar e entre todas as marcas do Sudeste.**

🕒 **Julho-2022: Institutional Investor – América Latina:** Fomos citados novamente pela Institutional Investor na premiação de empresas da *América Latina - Executive Team* por diversas categorias no âmbito *Small Caps – Food & Beverages*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESG

Durante o exercício de 2022, avançamos com a nossa cultura da sustentabilidade para minimizar riscos e buscar um impacto positivo das nossas operações. Nossa abordagem se concentra na busca de soluções que abordem os desafios reais do nosso contexto, alinhados com nosso propósito de crescimento empresarial. Ao longo do ano, implementamos diversas iniciativas para acelerar nossa agenda ESG, incluindo ações referentes a mudanças climáticas, promoção da inclusão e diversidade, fortalecimento da nossa governança corporativa e fomento da transparência e ética em todas as nossas operações:

Governança Sustentável: A fim de impulsionar a evolução de políticas e práticas relacionadas a tópicos prioritários para a sustentabilidade da Companhia, pelo terceiro ano incluímos metas individuais de ESG para todos os diretores da Camil atreladas a Agenda ESG. No último ciclo, também contamos com encontros envolvendo mais de 80 pessoas no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador que compõe os grupos de trabalho de ESG da Companhia, com equipes multidisciplinares que se concentram nos temas de: (i) Ecoeficiência; (ii) Boas Práticas na Cadeia de Valor; (iii) Responsabilidade Social, com foco em Investimentos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho, e Diversidade e Inclusão; e (iv) Riscos e Compliance e Governança Corporativa. Adicionalmente, conquistamos o Selo WOB (Women on Board) pelo nosso Conselho de Administração.

Ética e Integridade: Em continuidade ao Programa de Integridade, a Camil continuou implementando palestras e treinamentos de temas que envolvem ética e integridade. Em fevereiro de 2022, a Camil realizou treinamentos por consultoria externa especializada com a participação dos colaboradores do time comercial da Camil, seus representantes comerciais, lideranças de Suprimentos, Diretoria, Presidência e membros dos comitês de assessoramento e do Conselho de Administração. Além disso, os colaboradores considerados de maior exposição a riscos de integridade, realizaram treinamentos sobre assuntos como anticorrupção e antissuborno, conflito de interesses, doações e patrocínios, entre outros. Os treinamentos foram concluídos por 98.5% do público-alvo.

Saúde, Segurança e Desenvolvimento do Colaborador: A Camil assume como compromisso a garantia da integridade física e emocional dos colaboradores, consolidando e disseminando a cultura de atenção à saúde e segurança no trabalho. Temos quatro diretores com metas atreladas a redução de acidentes na remuneração variável, sendo um dos valores inegociáveis para a Camil. No último ano, a Companhia investiu mais de R\$17 milhões em CAPEX para melhoria da infraestrutura, monitoramento e detecção de riscos relacionada a saúde e segurança do trabalhador. Realizamos o projeto 'Projeto Zero Acidente' na unidade de Barra Bonita (açúcar) e registramos a marca de mais de 50% das plantas no Brasil com zero acidentes com afastamento. No desenvolvimento de colaboradores e capacitação, em 2022 o Projeto Escola de Formação Camil capacitou 66 pessoas na comunidade de Itaquí em cursos profissionalizantes - essas capacitações são voltadas para especialistas em manutenção mecânica, com certificação, com o objetivo de habilitar a comunidade para o mercado de trabalho e para necessidade de mão de obra especializada para a Camil.

Diversidade e Inclusão: Elaboramos uma Cartilha de Diversidade e Inclusão com o propósito de orientar nossas relações, fundamentada em nossos valores e, sobretudo, no respeito. Com isso, almejamos que todos os colaboradores da Camil compreendam os conceitos e as temáticas relacionadas, visando a construção de um ambiente mais acolhedor, que não tolera preconceitos ou discriminação. O guia foi apresentado e disponibilizado para todos os colaboradores e contou com um treinamento específico dos temas abordados.

Investimento Social: No último ano, o projeto 'Escola de Confeitaria e Negócios Doce Futuro União' formou 652 pessoas com o lançamento da versão 2.0 do projeto, que, em parceria com ONGs, oferece curso presencial para confeitadores(as) iniciantes que desejam ampliar o seu negócio ou começar a empreender. Com o objetivo de oferecer capacitação técnica em confeitaria e negócios para as comunidades, o programa é estruturado com conteúdo culinário, empreendedorismo, finanças e marketing. Ao final do curso, os alunos recebem o certificado de conclusão, um kit de confeitaria, e uma cesta de produtos União.

Ecoeficiência: Em 2022, a Camil realizou seu primeiro inventário de emissões de GEE no Brasil, o que permitiu que participasse pela primeira vez do CDP – Climate Change. Seus esforços em mudanças climáticas renderam um score "C", posicionando a empresa entre aquelas conscientes de como suas operações impactam o ecossistema e as pessoas. No último ano safra, a Camil alcançou 99% do consumo das unidades no Sul operando com energia renovável, através do mercado livre ou de geração própria. A geração de energia renovável na Camil se dá através de processos termoelétricos oriundos da casca do arroz. No último ano, geramos 40% da energia consumida, através do consumo de 96.883,54 toneladas de casca de arroz.

Quer saber mais sobre as iniciativas de ESG? Acesse a [seção de ESG](#) do site de Relações com Investidores da Camil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Marcas e Lançamentos

Reforçar a conexão com nossos consumidores através de serviços de valor agregado e campanhas que contribuam para a diferenciação dos nossos produtos é uma prioridade para a Camil, construindo marcas fortes e renomadas. Essa estratégia nos permite capturar um prêmio de marca nos mercados de atuação e é um importante pilar na geração de valor da Companhia no longo prazo.

Arroz e Feijão Camil é a Base do Brasil: a nova campanha de Camil manteve grande visibilidade neste trimestre com veiculação de patrocínios em TV aberta no interior de São Paulo, Norte e Nordeste, conteúdo no digital, conteúdo com influenciadores, bem como veiculação em rádio e em cinema. Também fechamos o patrocínio **Master da Taça das Favelas**, que garantiu a presença e destaque da marca nas divulgações do campeonato (redes sociais, imprensa, rádios locais, carro de som e outdoors) e na transmissão ao vivo feita pela rede Globo das finais feminina e masculina, fazendo a marca presente no futebol de base também. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Camil? Acesse o site da marca Camil.](#)

Coqueiro, O Peixe Da Hora: a campanha de Coqueiro seguiu com a sua comunicação de sustentação no 3º trimestre, com a finalização da ação “Quem vê close, não vê corre”, onde influenciadores de destaque mostraram como Coqueiro é o *Peixe da Hora* de deixar



sua rotina mais fácil, gostosa e saudável. Na preparação para a campanha da Quaresma, a marca Coqueiro lançou também as novas embalagens de Atum Coqueiro, que tem o novo logo da marca, mais moderno, com maior destaque na lata e maior preferência dos consumidores nas gôndolas, conforme pesquisa realizada em painel online com o

instituto Mind Miners. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Coqueiro? Acesse o site da marca Coqueiro.](#)

Massa Santa Amália, Suculenta Todo o Dia: com o conceito *Suculenta Todo o Dia*, elevando o consumo da marca para o dia a dia das pessoas, Santa Amália segue com ativações de sua campanha e retomada de investimento na marca contando com forte presença digital em mídias e redes sociais, com veiculação dos filmes e receitas especiais como sustentação ao plano de comunicação lançado em junho de 2022, além de ações especiais como a comemoração do Dia do Macarrão no mês outubro que contou com a participação do Chef Caio Soter, realizando receitas inovadoras de massas com a valorização de ingredientes especiais da culinária Mineira. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Santa Amália? Acesse o site da marca Santa Amália.](#)



União, Sabor que Transforma: em sua estreia em cafés, União apresenta a campanha de comunicação sob o conceito “Sabor que transforma Café em União” com filme comercial que traz o sabor do Café União como o protagonista capaz de unir as pessoas com seu sabor

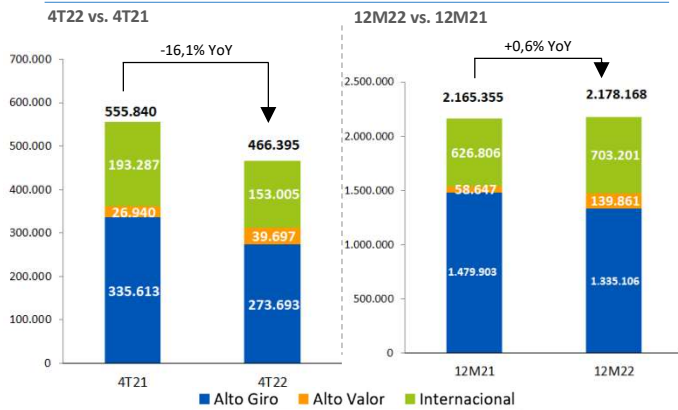


transformador. A campanha tem foco em SP e RJ e está sendo veiculada nas redes sociais de União, principais plataformas online, em parceria com influenciadores e com conteúdos proprietários, mobiliário urbano, elevadores residenciais e cinema. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca União? Acesse o site da marca União.](#)

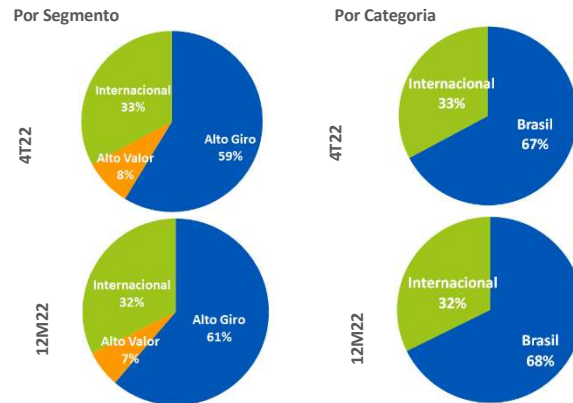
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

Evolução Volume (k ton)



Representatividade por Volume (%)



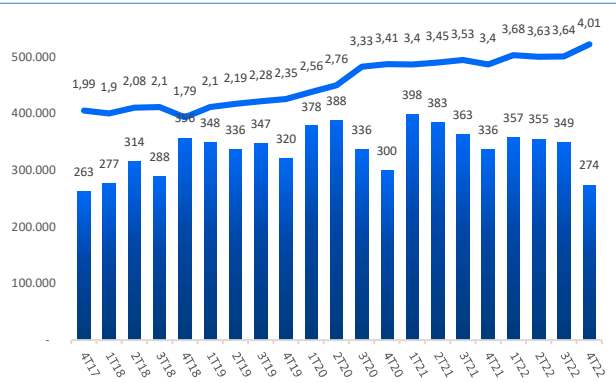
Crescimento do volume de vendas consolidado no acumulado do ano (+0,6% YoY), impulsionado pela **entrada em novas categorias de alto valor** e crescimento do volume internacional. **Redução no volume consolidado do trimestre (-16,1% YoY)**, impulsionado pela **desaceleração de vendas ao varejo no período**, principalmente das categorias de alto giro (-18,5% YoY), parcialmente **compensado pelo crescimento e entrada de novas categorias de alto valor (+47,2% YoY)**.

Alto Giro

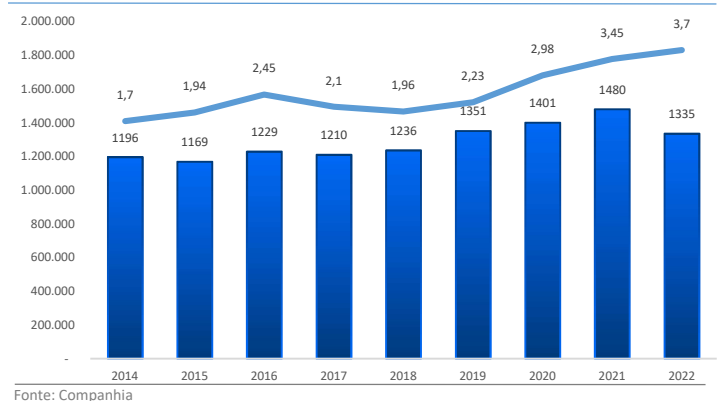


- ⊗ **Volume:** 273,7 mil tons (-18,5% YoY) no 4T22 e 1,3 milhão de tons (-9,8% YoY) em 2022
- ⊗ **Preço bruto:** R\$4,64/kg (+19,6% YoY) no 4T22 e R\$4,29/kg (+10,9% YoY) em 2022
- ⊗ **Preço líquido:** R\$4,01/kg (+18,0% YoY) no 4T22 e R\$3,70/kg (+7,4% YoY) em 2022
- ⊗ **Mix de vendas:** redução do volume de vendas de grãos e açúcar, impactado pela redução temporária de compras pelos varejistas durante o segundo semestre de 2022 – impacto nas marcas líderes e marcas de ocupação, principalmente em açúcar
 - ⊗ **Mercado¹:** **Arroz:** R\$89,62/saca (+37,3% YoY) no 4T22 e R\$79,36 (+7,4% YoY) em 2022
 - Feijão:** R\$357,80/saca (+37,8% YoY) no 4T22 e R\$322,22 (+22,0% YoY) em 2022
 - Açúcar:** R\$135,06/saca (-10,2% YoY) no 4T22 e R\$132,02 (-0,1% YoY) em 2022

Alto Giro - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Alto Giro - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



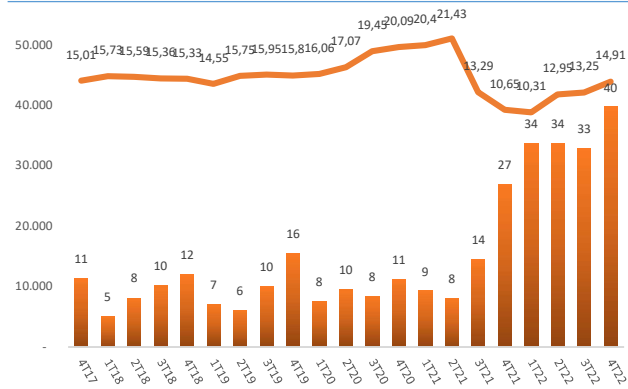
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alto Valor



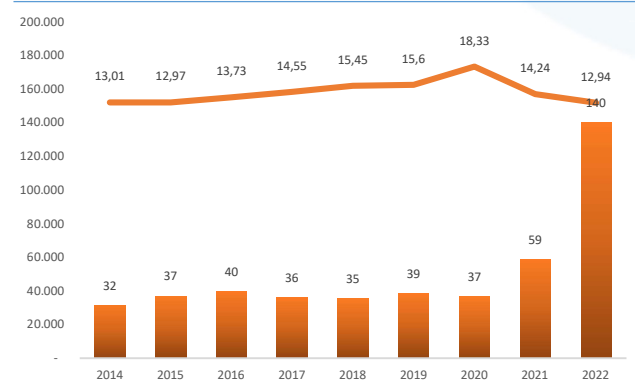
- ☉ **Volume:** 39,7 mil tons (+47,2% YoY) no 4T22 e 139,9 mil tons (+138,4% YoY) em 2022
- ☉ **Preço bruto:** R\$18,36/kg (+34,5% YoY) no 4T22 e R\$15,51/kg (-14,4% YoY) em 2022
- ☉ **Preço líquido:** R\$14,91/kg (+40,0% YoY) no 4T22 e R\$12,94/kg (-9,5% YoY) em 2022
- ☉ **Mix de vendas:** volume impactado pelo crescimento de vendas de pescados e impulsionado pela entrada em café e biscoitos
- ☉ **Mercado³:**
 - Trigo:** R\$1.706,32/ton (+1,5% YoY) no 4T22 e R\$1.883,80 (+16,8% YoY) em 2022
 - Café:** R\$1.050,39/ton (-28,7% YoY) no 4T22 e R\$1.191,46 (+8,5% YoY) em 2022

Alto Valor - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Valor - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)

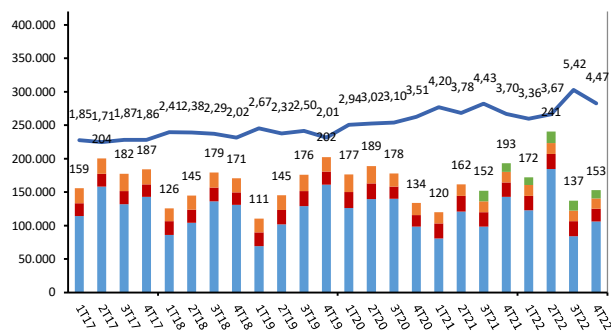


Fonte: Companhia

Internacional

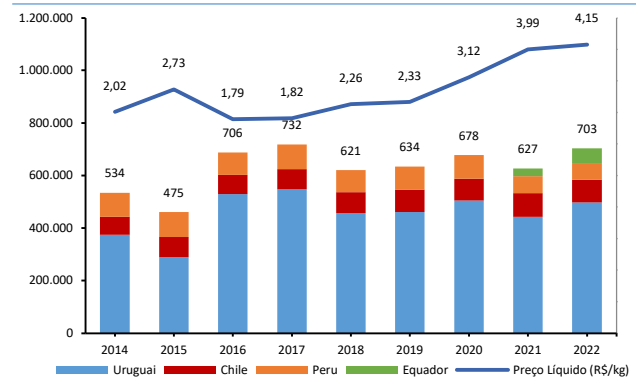
No segmento internacional, o volume de vendas atingiu 153,0 mil tons no trimestre (-20,8% YoY) e 703,2 mil tons (+12,2% YoY) em 2022. Vale destacar que, no acumulado do ano, o resultado apresenta crescimento no Uruguai devido a maior disponibilidade de matéria-prima para exportação na safra 21/22, assim como pela entrada da Companhia no Equador. Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução no volume de vendas do Peru e Chile.

Internacional - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons)



Fonte: Companhia

Internacional - Evolução Volume Anual (mil tons)



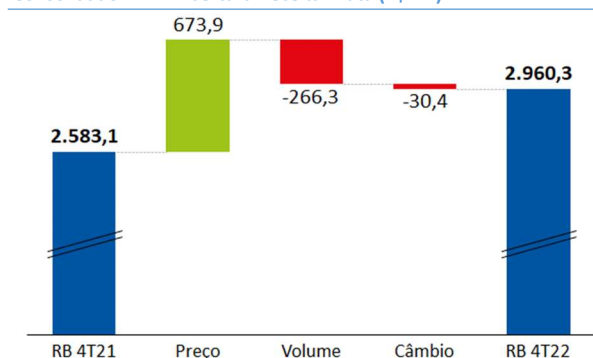
Fonte: Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro Consolidado

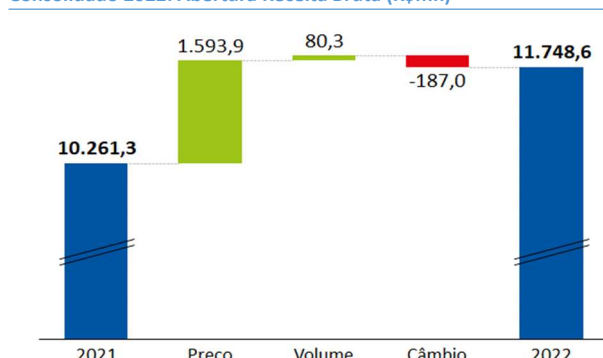
Destaques do Desempenho Financeiro

Consolidado 4T22: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

Consolidado 2022: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

Receita Bruta de R\$3,0 bilhões no trimestre (+14,6% YoY) e R\$11,7 bilhões em 2022 (+14,5% YoY), devido ao efeito de crescimento de preços, parcialmente compensado pela redução decorrente do efeito de volumes e câmbio. Por categoria, no trimestre o resultado foi impulsionado pelo crescimento de receita nas categorias de grãos e de alto valor. No ano, a receita foi impulsionada pelas categorias de alto valor (pescados, massas, café e biscoitos) e internacional, parcialmente compensada pela redução da receita das categorias de alto giro (grãos e açúcar). A **Receita Líquida** atingiu R\$2,5 bilhões no trimestre (+10,8% YoY) e R\$10,2 bilhões em 2022 (+13,2% YoY).

Os **Custos das Vendas e Serviços do trimestre** atingiram R\$2,0 bilhões (+10,3% YoY), ou 81% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+17,9% YoY), impulsionado pelo CPV das categorias de alto valor e de grãos. No internacional, o CPV apresentou redução (-11,8% YoY). Em 2022, o CPV atingiu R\$8,1 bilhões (+11,7% YoY), ou 79% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+10,7% YoY) da categoria de alto valor com a entrada de novos segmentos, parcialmente compensado pela redução do CPV de alto giro. No Internacional, o CPV apresentou crescimento no Uruguai e pela entrada no Equador (+15,1% YoY).

Lucro Bruto

No trimestre, o **lucro Bruto** atingiu R\$480,7 milhões (+12,9% YoY) com margem de 19,1% (+0,3pp YoY). No ano de 2022, o mesmo indicador atingiu R\$2,1 bilhões (+19,2% YoY) com margem de 20,8% (+1,0pp).

O **SG&A** no trimestre atingiu R\$414,7 milhões (+19,4% YoY), equivalente a 16,5% da receita líquida. O aumento nominal no trimestre ocorreu em função do crescimento do **SG&A Brasil** (+39,2% YoY) e foi parcialmente compensado pelo **SG&A Internacional** (-14,2% YoY). Excluindo os M&As realizados entre os períodos e efeitos não recorrentes, o **SG&A do trimestre** atingiu crescimento de +4,1% YoY, com aumento de pessoal e fretes. O **SG&A em 2022** atingiu R\$1,6 bilhão (+31,7% YoY), equivalente a 16,1% da receita líquida. O crescimento ocorreu no **SG&A Brasil** (+37,1% YoY) e **SG&A Internacional** (+20,9% YoY). Vale ressaltar o impacto de não recorrentes relacionados à provisões no 3T22 no montante de R\$41,2 milhões, e efeito das aquisições realizadas no período. Excluindo M&As e efeitos não recorrentes, o **SG&A de 2022** atingiu crescimento de +13,5% YoY, com aumento de despesas de pessoal e fretes.

As **outras receitas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$24,7 milhões no trimestre (vs. R\$106,6 milhões no 4T21) e R\$213,5 milhões em 2022 (vs. R\$109,3 milhões positivos em 2021). No trimestre, o resultado foi impactado, principalmente, por ajustes contábeis relacionados à aquisição da Mabel e impacto do perdão de dívida da Café Bom Dia. O resultado no ano ocorreu, principalmente, em função de não recorrentes do 3T22 de R\$141,7 milhões, incluindo: (i) receita de R\$199,0 milhões referentes à compra vantajosa da aquisição da Mabel, com registro do preço pago para adquirir o negócio sendo inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida; e (ii) despesa de R\$16,1 milhões referentes à provisão para transferência do ativo industrial de *cookies* da planta da Pepsico em Sorocaba (SP) para a planta da Mabel.

EBITDA

EBITDA do trimestre atingiu R\$157,0 milhões (-33,0% YoY) com margem de 6,2% (-4,1pp YoY). Em 2022, o **EBITDA** atingiu R\$919,8 milhões (+13,6% YoY) com margem de 9,0% (estável YoY).

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de R\$80,3 milhões no trimestre (+52,3% YoY) e despesa de R\$290,6 milhões (+127,7% YoY) em 2022, em função do aumento de juros sobre financiamentos com aumento da taxa de juros no período.

Imposto de Renda e CSLL atingiu R\$5,9 milhões positivos no trimestre (-48,1% YoY) e despesa de R\$41,5 milhões (+35,7% YoY) em 2022.

Lucro Líquido

Lucro Líquido atingiu R\$15,9 milhões (-88,9% YoY) com margem de 0,6% (-5,7pp). Em 2022, o **Lucro Líquido** atingiu R\$353,7 milhões (-26,1% YoY) com margem de 3,5% (-1,8pp).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T21	3T22	4T22	4T22vs	4T22vs	2021	2022	2022vs
Data Fechamento	fev-22	nov-22	fev-23	4T21	3T22	fev-22	fev-23	2021
Receita Bruta	2.583,1	2.976,2	2.960,3	14,6%	-0,5%	10.261,3	11.748,6	14,5%
(-) Deduções de Vendas	(315,9)	(376,1)	(448,1)	41,9%	19,1%	(1.245,5)	(1.543,1)	23,9%
Receita Líquida	2.267,2	2.600,1	2.512,2	10,8%	-3,4%	9.015,9	10.205,5	13,2%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.841,3)	(2.079,5)	(2.031,5)	10,3%	-2,3%	(7.237,7)	(8.085,6)	11,7%
Lucro Bruto	425,9	520,6	480,7	12,9%	-7,7%	1.778,2	2.119,9	19,2%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(347,5)	(453,4)	(414,7)	19,4%	-8,5%	(1.250,7)	(1.646,9)	31,7%
Despesas com Vendas	(224,8)	(276,2)	(258,0)	14,8%	-6,6%	(807,5)	(1.060,3)	31,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(122,7)	(177,2)	(156,7)	27,8%	-11,5%	(443,2)	(586,6)	32,4%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	(0,1)	(1,0)	(0,4)	360,0%	-59,8%	0,2	(0,6)	-486,6%
(+) Outras Receitas Operacionais	106,6	184,4	24,7	-76,8%	-86,6%	109,3	213,5	95,2%
Lucro Operacional (EBIT)	184,9	250,7	90,2	-51,2%	-64,0%	636,9	685,8	7,7%
(+/-) Resultado Financeiro	(52,7)	(73,8)	(80,3)	52,3%	8,7%	(127,6)	(290,6)	127,7%
Resultado antes Impostos	132,2	176,9	10,0	-92,5%	-94,4%	509,3	395,2	-22,4%
Total Imposto de Renda / CSLL	11,3	(29,8)	5,9	-48,1%	-119,8%	(30,6)	(41,5)	35,7%
Lucro Líquido	143,5	147,1	15,9	-88,9%	-89,2%	478,7	353,7	-26,1%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	143,5	147,1	15,9	-88,9%	-89,2%	478,7	353,7	-26,1%
(-) Resultado Financeiro Líquido	52,7	73,8	80,3	52,3%	8,7%	127,6	290,6	127,7%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(11,3)	29,8	(5,9)	-48,1%	-119,8%	30,6	41,5	35,7%
(-) Depreciação e Amortização	49,3	59,1	66,7	35,4%	13,0%	172,9	234,0	35,4%
(=) EBITDA	234,1	309,8	157,0	-33,0%	-49,3%	809,8	919,8	13,6%
Margens								
Margem Bruta	18,8%	20,0%	19,1%	0,3pp	-0,9pp	19,7%	20,8%	1,0pp
Margem EBITDA	10,3%	11,9%	6,2%	-4,1pp	-5,7pp	9,0%	9,0%	0,0pp
Margem Líquida	6,3%	5,7%	0,6%	-5,7pp	-5,0pp	5,3%	3,5%	-1,8pp
Alimentício Brasil								
Data Fechamento	4T21	3T22	4T22	4T22vs	4T22vs	2021	2022	2022
	fev-22	nov-22	fev-23	4T21	3T22	fev-22	fev-23	vs. 2021
Receita Líquida	1.633,4	1.881,8	1.967,9	20,5%	4,6%	6.725,7	7.591,2	12,9%
(-) Custos das vendas e serviços	(1.372,2)	(1.533,3)	(1.617,9)	17,9%	5,5%	(5.533,5)	(6.124,5)	10,7%
Lucro Bruto	261,2	348,4	350,0	34,0%	0,4%	1.192,2	1.466,7	23,0%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(218,5)	(325,5)	(304,1)	39,2%	-6,6%	(834,3)	(1.143,5)	37,1%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	64,5	183,5	22,6	-65,0%	-87,7%	53,4	208,0	289,6%
Lucro Operacional (EBIT)	107,1	206,4	68,4	-36,2%	-66,9%	411,3	531,1	29,1%
(+/-) Resultado Financeiro	(56,8)	(68,9)	(77,9)	37,1%	13,1%	(127,0)	(271,0)	113,4%
(-) Despesas Financeiras	(110,9)	(146,3)	(129,7)	17,0%	-11,4%	(318,5)	(538,8)	69,2%
(+) Receitas Financeiras	54,2	77,5	51,9	-4,2%	-33,0%	191,5	267,8	39,9%
Resultado antes Impostos	50,4	137,5	(9,5)	-118,8%	-106,9%	284,3	260,1	-8,5%
Total Imposto de Renda / CSLL	26,2	(25,1)	13,6	n.a.	-154,3%	15,4	(27,4)	-277,7%
Lucro Líquido	76,5	112,4	4,2	-94,6%	-96,3%	299,8	232,7	-22,4%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	76,5	112,4	4,2	-94,6%	-96,3%	299,8	232,7	-22,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	56,8	68,9	77,9	37,1%	13,1%	127,0	271,0	113,4%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(26,2)	25,1	(13,6)	n.a.	-154,3%	(15,4)	27,4	-277,7%
(+) Depreciação e Amortização	36,1	42,2	48,0	32,9%	13,8%	123,4	170,2	37,9%
(=) EBITDA	143,3	248,6	116,4	-18,7%	-53,2%	534,7	701,3	31,2%
Margens								
Margem Bruta	16,0%	18,5%	17,8%	1,8pp	-0,7pp	17,7%	19,3%	1,6pp
Margem EBITDA	8,8%	13,2%	5,9%	-2,9pp	-7,3pp	7,9%	9,2%	1,3pp
Margem Líquida	4,7%	6,0%	0,2%	-4,5pp	-5,8pp	4,5%	3,1%	-1,4pp
Alimentício Internacional								
Data Fechamento	4T21	3T22	4T22	4T22vs	4T22vs	2021	2022	2022vs
	fev-22	nov-22	fev-23	4T21	3T22	fev-22	fev-23	2021
Receita Líquida	633,8	718,3	544,3	-14,1%	-24,2%	2.290,1	2.614,3	14,2%
(-) Custos das vendas e serviços	(469,1)	(546,1)	(413,6)	-11,8%	-24,3%	(1.704,2)	(1.961,1)	15,1%
Lucro Bruto	164,6	172,2	130,7	-20,6%	-24,1%	585,9	653,2	11,5%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(128,9)	(127,9)	(110,6)	-14,2%	-13,5%	(416,4)	(503,4)	20,9%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	42,0	0,0	1,7	-95,9%	n.a.	56,1	4,9	-91,3%
Lucro Operacional (EBIT)	77,7	44,3	21,8	-71,9%	-50,7%	225,6	154,7	-31,5%
(+/-) Resultado Financeiro	4,1	(5,0)	(2,4)	n.a.	-51,3%	(0,6)	(19,5)	3101,4%
(-) Despesas Financeiras	(5,8)	(13,9)	(11,0)	89,9%	-20,9%	(27,5)	(53,7)	95,7%
(+) Receitas Financeiras	9,9	9,0	8,6	-12,9%	-4,1%	26,8	34,2	27,3%
Resultado antes Impostos	81,8	39,4	19,4	-76,2%	-50,6%	225,0	135,1	-40,0%
(+/-) Total Imposto de Renda / CSLL	(14,8)	(4,7)	(7,7)	-47,8%	n.a.	(46,1)	(14,1)	-69,3%
Lucro Líquido	67,0	34,7	11,7	-82,5%	-66,2%	179,0	121,0	-32,4%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	67,0	34,7	11,7	-82,5%	-66,2%	179,0	121,0	-32,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(4,1)	5,0	2,4	n.a.	-51,3%	0,6	19,5	3101,4%
(+) Imposto de Renda / CSLL	14,8	4,7	7,7	-47,8%	n.a.	46,1	14,1	-69,3%
(+) Depreciação e Amortização	13,1	16,8	18,7	42,6%	11,0%	49,5	63,9	29,1%
(=) EBITDA	90,9	61,2	40,5	-55,4%	-33,7%	275,1	218,5	-20,6%
Margens								
Margem Bruta	26,0%	24,0%	24,0%	-2,0pp	0,0pp	25,6%	25,0%	-0,6pp
Margem EBITDA	14,3%	8,5%	7,4%	-6,9pp	-1,1pp	12,0%	8,4%	-3,7pp
Margem Líquida	10,6%	4,8%	2,1%	-8,4pp	-2,7pp	7,8%	4,6%	-3,2pp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Política de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

Estrutura Acionária

No 4T22 a Companhia possuía capital social total composto por 350 milhões de ações, sendo 99,9 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 29% do capital total.

Ao final de Fev/23, a Companhia detinha 486.500 ações em tesouraria. Em janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o 8º programa de recompra de ações, com objetivo de maximizar a alocação de capital e geração de valor para os acionistas. O programa está em andamento até Jul/24 e realizará a recompra de até 9 milhões de ações, no prazo de 18 meses. Em fev/23 a companhia realizou o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria, alterando o total de ações de emissão da Companhia de 360 milhões para 350 milhões.

Performance Acionária

Em 28 de fevereiro de 2023, as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$8,03/ação com market cap de R\$2,81 bilhões (US\$ 543 milhões). O volume médio diário de negociação do trimestre foi de 1,3 milhões de ações, ou aproximadamente R\$11 milhões/dia. Desde o IPO em setembro de 2017, a cotação de CAML3 apresentou desvalorização de 10,8% (Fev/23).

Relações com Investidores

Nosso compromisso com o mercado é baseado em três pilares: Comunicação com Transparência, Agilidade e Excelência. Por meio de agendas diretas e em conjunto com nossos parceiros no mercado durante o trimestre, *lives* realizadas de modo virtual com corretoras e o evento anual público presencial da Companhia em novembro 2022 (Camil Day), atingimos mais de 250 investidores neste trimestre e mais de 6.3 mil investidores no ano.

As requisições podem ser realizadas por meio do nosso canal de relações com investidores no site

(<http://ri.camilalimentos.com.br/>) ou e-mail (ri@camil.com.br). Relacionamento com os auditores independentes

O Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2023 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No que se refere aos procedimentos adotados pela Companhia, cumpre-nos esclarecer que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação do seu Comitê de Auditoria.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
 - (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
 - (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da PwC, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência;
- e

^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2023.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados relativos aos trimestres, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados pelos auditores independentes, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar, massas, pescados enlatados (sardinha e atum) entre outros produtos, por meio de marcas com forte reconhecimento e posições de liderança em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

Fundada em 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz no Brasil, a Camil Alimentos S.A. é uma multinacional que vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos em novas categorias no Brasil e principalmente em arroz nos principais países da América Latina.

A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, com produtos que permitem obter expressivas posições de liderança em todos os mercados de atuação. A Camil possui participações relevantes no Brasil nos mercados de grãos, açúcar, pescados enlatados, massas e biscoitos, sendo as principais marcas Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel, respectivamente. No ambiente internacional, a Camil atua no Uruguai, com a marca Saman, Chile, com a marca Tucapel, Peru, com a marca Costeño, e no Equador, com a marca Rico Arroz.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. começou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa em listagem da bolsa, sob o código CAML3.

Em 28 de fevereiro de 2023 o Grupo possui trinta e cinco unidades industriais, sendo dezessete unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, cinco no Peru e uma no Equador. Em 28 de fevereiro de 2022 o Grupo possuía trinta e uma unidades industriais, sendo quinze unidades no Brasil, nove no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru e uma no Equador.

Principais eventos do exercício

Em 09 de dezembro de 2021, a Camil Alimentos S.A. celebrou o contrato de Compra e Venda de Ações da Silcom S.A, através de sua subsidiária Saman no Uruguai. A operação foi concluída em 30 de março de 2022, após serem supridas todas as condições precedentes, conforme detalhado na nota explicativa 9.

Em 24 de agosto de 2022, a Camil Alimentos S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos para a aquisição da totalidade das quotas de emissão CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. A operação foi concluída em 01 de novembro de 2022 após cumprimento das condições precedentes. As empresas adquiridas possuem a fabricação de biscoitos da marca principal “Mabel”, além das marcas “Doce Vida”, “Mirabel”, “Elbi’s” e “Pavesino”. Além dessa aquisição, a transação também estabelece o licenciamento pela PepsiCo para a Camil da marca “Toddy” para cookies pelo prazo de 10 anos, e a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca “Toddy” para cookies, conforme detalhado na nota explicativa 9.

2. Práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) vigentes, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), juntamente com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (“NBC TG”), Interpretações Técnicas Gerais (“ITG”) e Comunicados Técnicos Gerais (“CTG”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) através de suas resoluções.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de maio de 2023.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

			28/02/2023		28/02/2022	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai						
CAMILATAM S.A.	Controlada	100,0%	-	100,00%	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Arrozur - Arroz Uruguayo S.A.	Coligada	-	49,19%	-	49,19%	-
Tacua S.A. (*)	Coligada	-	-	-	40,72%	-
Agencia Marítima Sur S.A. (*)	Coligada	-	-	-	40,732%	-
Comisaco S.A.	Joint Venture	-	50,00%	-	50,00%	-
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%	-
Silcom S.A. (**)	Coligada	-	100,00%	-	-	-
Fideicomiso Parque Eolico	Coligada	-	20,00%	-	-	-
Chile						
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-	99,94%	-
Peru						
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Ecuador						
Camilatam Ecuador S.A.S.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Fideicomiso Mercantil Dajahu	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Transportes Ronaljavhu S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Indústrias Dajahu S.A.S. (***)	Controlada	-	100,00%	-	-	-
Brasil						
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Camil Energias Renováveis Ltda	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Café Bom Dia S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	97,71%	-	97,71%	-	-
Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	90,33%	-	90,33%	-	-
CIPA Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Nota 8)	Controlada	100,00%	-	-	-	-
CIPA Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Nota 8).	Controlada	-	100,00%	-	-	-

(*) Empresas vendidas em 04 de fevereiro de 2022, através da subsidiária SAMAN no Uruguai

(**) Empresa adquirida em 09 de dezembro de 2021, através de sua subsidiária SAMAN no Uruguai.

(***) Empresa constituída em 30 de setembro de 2022.

O exercício social das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Ágio

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganho com compra vantajosa

A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados.

Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem

reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo:

- (i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e
- (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.

Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos, se houver a incorporação.

Aquisição de negócios sob controle comum

A prática contábil para aquisição de negócios em controle comum segue em discussão pelas instituições e órgãos competentes e, por este motivo, não há orientação específica para este tipo operação. Contudo, a Companhia adotou procedimentos similares aos descritos no CPC 15 – Combinação de negócios.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Informação por segmento

O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho, que consideram a Companhia como uma plataforma de alimentos no Brasil e Internacional. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar e massas. Após a aquisição do negócio de café, o mesmo foi incorporado ao grupo de grãos.

Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas, exceto pelas demonstradas a seguir:

	Moeda
Uruguai	
CAMILATAM S.A.	USD
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	USD
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	USD
Chile	
Empresas Tucapel S.A.	CLP
Peru	
Costeño Alimentos S.A.C.	PEN
Envasadora Arequipa S.A.C	PEN
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	PEN
Equador	
Camilatam Ecuador S.A.S.	USD
Fideicomiso Mercantil Dajahu	USD
Transportes Ronaljavhu S.A.	USD
Industrias Dajahu S.A.S.	USD

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das controladas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão dos investimentos, são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do exercício.

Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	28/02/2023	28/02/2022
Dólar EUA (USD)*	5,2078	5,1394
Peso Chile (CLP)	0,0063	0,0064
Novo Sol / Peru (PEN)	1,3724	1,3525

- As controladas no Uruguai e Equador utilizam o Dólar norte-americano (EUA) como moeda funcional.

2.6. Receita de contrato com cliente

O CPC 47 // NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A receita líquida é reconhecida na extensão em que o controle sobre a propriedade e posse do ativo é transferido ao cliente. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle sobre a propriedade dos produtos é transferido ao cliente, o qual usufrui dos benefícios econômicos remanescentes do produto. Geralmente a transferência do controle ocorre na entrega do produto ao cliente.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de produtos para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

- Direito de devolução

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. O Grupo utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que o Grupo terá direito.

- Descontos concedidos

O Grupo considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas.

(ii) Componente de financiamento significativo

O Grupo recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

Saldos de contratos*Contas a receber de clientes*

Um recebível representa o direito do Grupo a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é a obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida (ou a receber) do cliente, sendo mensurado pelo montante que o Grupo espera, em última análise, ter de devolver ao cliente.

Custo de obtenção de contrato

O Grupo paga comissão de vendas aos seus representantes comerciais para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo a competência do crédito.

Subvenções governamentais reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e destinados a reserva de incentivos fiscais a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, são excluídos da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27%, no Peru 29,5% e no Equador 25%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-70/2001 e da Lei nº 12.973/14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras**Notas Explicativas****Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.****(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Companhia não registra tributos diferidos passivos sobre o ágio oriundo das aquisições conforme orientação CPC32 (IAS 12) parágrafo 15A.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

As vendas das empresas do Grupo localizadas no exterior estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA).

	Alíquotas
Uruguai	10% a 22%.
Chile	19%
Peru	18%
Equador	12%

2.8.1 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, conforme divulgação na nota explicativa nº 18.2.

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda

O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. A Administração do Grupo está comprometida com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A Companhia mantém classificado como mantido para venda aqueles itens em que o motivo do atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo.

Ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial e de forma segregada dos ativos circulantes e dos ativos não circulantes.

2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.****(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos financeiros. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores (incluindo os convênios), empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamento de clientes, partes relacionadas e Outras contas a pagar. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui em passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições, cujo fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 28 de fevereiro de 2023. Devido às características de negociação comercial de prazo de fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de créditos da Companhia com as instituições, conforme nota explicativa 14.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo.

Empréstimos e Financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Debêntures

Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Passivo a descoberto em controladas

Situação em que a subsidiária ou controlada apresenta seu passivo maior do que seu ativo. Neste caso, a controladora, assumindo a responsabilidade pelos compromissos financeiros da subsidiária ou controlada, reconhece em seu balanço patrimonial o passivo a descoberto.

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Prédios	0,33%	13,84%	3,69%	0,33%	50,00%	10,74%
Máquinas e equipamentos	0,03%	34,43%	9,63%	0,03%	34,43%	10,83%
Veículos	11,00%	20,00%	19,11%	4,00%	33,00%	13,82%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%	10,00%	0,00%	34,00%	11,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%	20,00%	0,00%	50,00%	22,86%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.16. Capitalização de custos de financiamentos ao ativo qualificável

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e ativos intangíveis decorrentes de combinação de negócios são mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Software	20,00%	20,00%	20,00%	3,00%	100,00%	11,00%
Relacionamento com clientes	11,01%	19,05%	16,39%	1,00%	19,05%	6,28%
Contrato de não competição	20,00%	20,00%	20,00%	15,00%	20,00%	7,00%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Item	Técnica de Avaliação
Marca	São avaliadas pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Relief-from-Royalty</i> . Pelo método <i>Relief-from-Royalty</i> , o valor justo da marca representa o valor presente da economia de não ter que pagar royalties pela sua utilização.
Relacionamento de Clientes	O relacionamento com clientes foi avaliado pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Multi Period Excess Earnings</i> (MPEEM), por meio do qual, basicamente, os fluxos de caixa gerados pelos clientes são projetados, se exaurindo conforme a estimativa dos cancelamentos até a sua completa exaustão.
Imobilizado	Os bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos e veículos) foram avaliados em conformidade com as Normas Brasileiras de Avaliações – NBR 14.563 da ABNT Associação Brasileiras de Normas Técnicas. Os valores justos de mercado foram obtidos mediante a aplicação dos métodos: comparativo direto de dados de mercado e do custo de reposição depreciado segundo a aplicação da depreciação em função da expectativa de vida útil econômica do ativo avaliado.
Contingências e indenizações	Na data base, passivos contingentes relacionados a processos judiciais, cíveis e administrativos são mensurados ao valor justo. Perdas avaliadas como possíveis são mensuradas ao valor justo e registrados conforme sua probabilidade de perda. Para os casos em que a Companhia tem o direito contratual de ser reembolsada, a Companhia registra um ativo de mesmo valor.
Estoque	Matéria-prima e embalagens: foram avaliados pelo custo de reposição com base na última aquisição. Produtos acabados e produtos para revenda: foram avaliados pelo valor de realização líquido.

Ágio e compra vantajosa

Reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras.

Nas situações em que a contraprestação transferida para aquisição do controle for inferior ao valor justo dos ativos adquiridos, registra-se a compra vantajosa na rubrica “Outras receitas e despesas” da demonstração de resultados.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*).

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Arrendamentos

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação.

O advento do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1) / NBC TG 06 (R2) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são:

- (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente;
- (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo.

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme que a Companhia pretende operar o ativo.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação.

O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, os eventos decorrentes da COVID-19 não foram considerados como modificação relevante em relação às análises efetuadas que deram base aos registros contábeis.

As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos são:

- Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item;
- Identificação do ativo;
- Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais);
- Prazo de vigência superior a um ano.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 13.

2.21. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22. Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa

A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.23. Pagamento baseado em ações

A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme CPC 10 (R1) / NBC TG 10 (R3) / IFRS 2 – Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa 19.

2.24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.25 Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021 e novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

2.25.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2021

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação CPC 06 (R2), ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Assim, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a pandemia concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a contabilização está em linha com qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid19.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Essa alteração entrou em vigor para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021, e pretendia ter o prazo final para utilização até 30/06/2021, porém o CPC estendeu o período para utilização do expediente prático para até 30/06/2022, assim, a Companhia optou em fazer uso desse expediente não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que, as renegociações efetuadas foram benefícios considerados relacionados a COVID-19, reconhecendo os benefícios no resultado do exercício.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações forneceram exceções temporárias que endereçaram os efeitos das substituições da taxa de juros de referência permitindo substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente.

As aplicabilidades das alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia e não existem impactos nessas demonstrações financeiras.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não eram aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

2.26 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigor somente em 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida, sendo eles:

- IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)): as alterações são úteis ao substituir o requerimento para a divulgação das normas contábeis significativas materiais e adicionando guias como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis;
- IAS 8 (norma correlata ao CPC 23): onde as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis;
- Alteração na norma correlata ao CPC 26: de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, onde são: (i) Da o direito de postergar a liquidação (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório (iii) a classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação (iv) que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; e

- Emissão de pronunciamento referente ao IFRS17 que substitui a IFRS4: O objetivo é o reflexo apropriado do impacto dos contratos de seguros na posição financeira ao longo do tempo. Para tal, a norma estabelece os princípios relativos ao reconhecimento, mensuração, apresentação e relato dos contratos.

Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes, a Companhia efetuou os devidos estudos e julga que não existirão efeitos significativos em suas operações ou demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º01/2022 traz temas sensíveis para o exercício social que requeiram julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, estão descritos abaixo e incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Incertezas tributárias do imposto de renda

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

Provisão para contingências classificadas como perda possível oriundas de uma combinação de negócios

Na data da aquisição, a Companhia identifica os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios e reconhece o passivo contingente ao valor justo para os casos em que os assessores jurídicos considerem que a perda do processo judicial seja classificada como possível. Esta provisão leva em consideração a determinação do valor justo e a probabilidade de ocorrência da perda.

Trata-se de uma estimativa contábil crítica uma vez que envolvem premissas com significativo componente de julgamento.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ganho por compra vantajosa

Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios a Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício, requer uma avaliação criteriosa por parte da Administração para assegurar que não resulte em reversão futura de uma parcela do ganho registrado no reconhecimento contábil da operação. Portanto, trata-se de uma estimativa crítica feita pela Administração da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Disponibilidades	24.564	3.461	73.346	74.173
Aplicações financeiras	964.166	1.236.289	1.152.267	1.522.177
	988.730	1.239.750	1.225.614	1.596.350

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 101,04% do CDI (91,71% em 28 de fevereiro de 2022) podendo ser resgatáveis em um período de até 90 dias, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e alta solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Taxa média anual	Controladora		Consolidado	
		28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Circulante					
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	99,66% do CDI	-	33.712	-	33.712
		-	33.712	-	33.712
Não circulante					
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	97,79% do CDI	13.740	-	13.740	-
		13.740	-	13.740	-
Total		13.740	33.712	13.740	33.712

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Títulos a vencer	966.736	765.299	1.318.627	1.191.197
Títulos vencidos até 30 dias	4.668	3.540	81.378	53.897
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	932	409	15.144	6.242
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	294	278	8.154	2.909
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	973	1.128	3.497	4.011
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.492	3.704	25.561	6.146
	976.095	774.358	1.452.361	1.264.402
Descontos concedidos (a)	(86.125)	(44.306)	(89.232)	(44.306)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.694)	(4.537)	(31.475)	(7.710)
	883.276	725.515	1.331.654	1.212.386

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais e pontuais com clientes específicos. As liquidações dos valores devidos a clientes são substancialmente quitadas com valores a receber em aberto.

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo no início do exercício	(44.306)	(47.602)	(44.306)	(47.602)
Aquisição de investimentos Mabel	-	-	(3.772)	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	-	-	-
Adições	(282.123)	(294.902)	(282.123)	(94.114)
Reversões / Baixas	240.304	298.198	240.969	97.410
Saldo no final do exercício	(86.125)	(44.306)	(89.232)	(44.306)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo no início do exercício	(4.537)	(4.124)	(7.710)	(6.666)
Variação cambial	-	-	(20)	266
Aquisição de investimentos Mabel	-	-	(23.681)	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	(1.292)	-	(1.292)
Aquisição de investimentos Café Bom Dia	-	-	-	(1.068)
Adições	(6.468)	(2.884)	(7.472)	(3.398)
Reversões	869	151	1.968	692
Baixas	3.442	3.612	5.440	3.756
Saldo no final do exercício	(6.694)	(4.537)	(31.475)	(7.710)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Reais	883.276	725.515	887.961	743.145
Dólares Americanos	-	-	285.092	306.200
Novo Sol Peruano	-	-	33.336	39.392
Peso Chileno	-	-	125.265	123.650
	883.276	725.515	1.331.654	1.212.386

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Produto Acabado	535.641	328.445	716.107	495.038
Matéria-prima e insumos	320.392	145.664	572.792	386.564
Material de embalagem (a)	95.775	119.255	116.940	140.709
Adiantamento a fornecedores (b)	385.582	306.368	685.668	553.213
Outros (c)	69.725	52.221	162.842	115.626
	1.407.115	951.953	2.254.349	1.691.150
Circulante	1.391.272	936.549	2.213.930	1.646.697
Não circulante (d)	15.843	15.404	40.419	44.453
	1.407.115	951.953	2.254.349	1.691.150

- (a) Material de embalagens inclui embalagens para pescado nos montantes de R\$ 49.217 (R\$ 76.652 em 28 de fevereiro de 2022) na Controladora e no Consolidado;
- (b) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$30.327 (R\$35.816 em 28 de fevereiro de 2022), estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização.
- (c) O valor de outros no consolidado, abrange também o saldo de provisão para perdas de estoques no valor de R\$6.085 (R\$ 3.556 em 28 de fevereiro de 2022)
- (d) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque relacionados com peças e partes essenciais para a não interrupção da operação, totalizados em R\$10.092 (R\$8.637 em 28 de fevereiro de 2022).

A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$31.930 que estão garantidos por penhor cedular de pescados que estão registrados à rubrica “Matéria-prima”.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Imposto de renda e contribuição social	81.681	72.309	124.113	95.547
PIS e Cofins	132.343	201.525	149.053	204.142
Impostos sobre vendas	23.350	26.710	54.718	33.908
IPI	9.987	6.404	9.988	6.404
IRRF	21.419	6.563	21.419	6.563
Demais tributos (a)	32.785	29.234	46.551	38.217
	301.565	342.745	405.842	384.781
Circulante	128.781	163.776	221.493	195.020
Não circulante	172.784	178.969	184.349	189.761
	301.565	342.745	405.842	384.781

- (a) Demais tributos incluem R\$ 31.224 de saldo negativo de IRPJ e CSLL e R\$ 8.153 da operação Saman no Uruguai.

9. Combinação de negócios

a) Aquisição da Silcom S.A.

Em 09 de dezembro de 2021, a subsidiária Saman celebrou o contrato de Compra e Venda da totalidade das ações da Silcom S.A.

Fundada em 1975, a Silcom é uma empresa de alimentos com marcas com liderança em frutas secas, legumes, sementes, molhos e azeites com um faturamento anual de US\$23 milhões. Sua principal marca, La Abundancia, possui alto reconhecimento no mercado, permitindo à Camil a expansão de categorias em sua subsidiária no Uruguai. A transação incluiu uma planta industrial própria e frota de caminhões utilizada na distribuição dos produtos.

Com uma estratégia de distribuição direta que atende mais de 5.000 clientes, a Silcom trouxe complementaridade às operações da Camil no Uruguai, aumentando sua cobertura e permitindo crescimento das categorias de produtos. Além disso, posicionou a Companhia como um dos principais provedores de produtos saudáveis, um dos mercados de maior crescimento atualmente.

A Camil possui um histórico consistente de crescimento e ampliação por meio de aquisições. Essa aquisição consiste em um passo importante para a diversificação das operações da Companhia no Uruguai, vindo ao encontro dos objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de marcas e ativos no setor de alimentos na América Latina.

O preço da aquisição da operação totalizou U\$29.500 mil dólares norte-americanos, equivalente a R\$151.472 na data da transação. O fechamento da operação e, consequente transferência de controle, ocorreu em 01 de março de 2022.

A composição da contraprestação e a identificação do valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, estão demonstrados abaixo:

Total da contraprestação	151.472
Total da contraprestação	151.472

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia concluiu o trabalho de mensuração das mais e menos-valias dos intangíveis que compõem o negócio adquirido, bem como a determinação do goodwill. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial conforme laudo:

Em 01/03/2022	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo
Ativo			
Ativo circulante	3.223	-	3.223
Caixa e equivalentes de caixa	7.970	-	7.970
Contas a receber	21.471	-	21.471
Estoques	21.300	-	21.300
Imobilizado (nota explicativa 10)	19.132	1.953	21.085
Intangível (nota explicativa 11)		48.016	48.016
Investimentos	4.434	-	4.434
	<u>77.530</u>	<u>49.969</u>	<u>127.499</u>
Passivo			
Passivo circulante	7.241	-	7.241
	<u>7.241</u>	<u>-</u>	<u>7.241</u>
Ativos líquidos	70.289	49.969	120.258
Ágio por expectativa de rentabilidade futura – (nota explicativa 12)	-	-	31.214
Total contraprestação	70.289	49.969	151.472

b) Aquisição de negócios – CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda., CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da linha Toddy para cookies

Em 24 de agosto de 2022, a Companhia celebrou com a PepsiCo, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos (“Contrato”) para a aquisição da totalidade das quotas de emissão da CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (em conjunto, denominado “Aquisição Mabel”). As empresas adquiridas fabricam os biscoitos da marca principal “Mabel”, além das marcas “Doce Vida”, “Mirabel”, “Elbi’s” e “Pavesino”. Em conjunto com esta aquisição, a transação também estabelece pelo prazo de 10 anos, renováveis por mais 10 anos, o licenciamento pela PepsiCo para a Camil, a marca “Toddy” para cookies, assim como a aquisição dos ativos que compõem a linha de produção da marca “Toddy” para cookies.

A Mabel é uma das marcas de biscoitos mais tradicionais e renomadas do Brasil, com liderança de vendas em rosquinhas no país e a marca Toddy está entre as mais representativas em vendas de cookies no Brasil.

Além das marcas principais Doce Vida, Mirabel, Elbi’s e Pavesino, a aquisição também atua com um portfólio de marcas para atender às demandas de preços de diferentes nichos de consumidores.

A aquisição reforça a estratégia de expansão geográfica para crescimento da Camil em regiões complementares às operações atuais, bem como inclui no portfólio produtos de alto valor agregado, com sinergias atreladas ao modelo de negócios de cross-selling e ganhos de escala da Camil, assim como pela complementariedade com os negócios de massas recém-adquiridos pela Companhia.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Aquisição da Mabel ocorreu em 1º de novembro de 2022, quando todas as condições precedentes no contrato foram cumpridas.

A contraprestação assumida pela Camil Alimentos foi de R\$176.769, sujeito aos ajustes de preços previstos no Contrato, as quais, encontram-se em discussão até a data da elaboração dessas demonstrações financeiras.

A Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2022 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos e a consequente mensuração preliminar do deságio/ganho por compra vantajosa, estão demonstrados a seguir:

Total da contraprestação	176.769
Total da contraprestação	176.769

A Companhia está em fase de mensuração das mais e menos-valias decorrentes da combinação de negócios, bem como da apuração do valor, em fase preliminar, do ganho por compra vantajosa apurado nesta transação. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial na data da aquisição, o qual está sendo realizado por empresa especializada e independente contratada para assessorar a Administração na determinação do valor justo dos ativos e passivos assumidos, bem como para a determinação do valor que se estima representar o ganho por compra vantajosa (deságio).

Em 31/10/2022	Valor contábil	Mais-valia	Valor justo (preliminar)
Ativo			
Ativo circulante	51.276	-	51.276
Ativo não circulante	28.660	-	28.660
Caixa e equivalentes de caixa	5.751	-	5.751
Contas a receber	32.773	-	32.773
Estoques	35.666	2.433	38.099
Imobilizado (nota explicativa 10)	208.146	63.223	271.369
Imobilizado – Linha de produção Toddy	8.800	3.989	12.789
Intangível (nota explicativa 11)	371	78.273	78.644
Ativo de indenização	-	301.936	301.936
	371.443	449.854	821.297
Passivo			
Passivo circulante	72.664	-	72.664
Passivo não circulante	71.648	-	71.648
Provisão para riscos	8.905	293.031	301.936
	153.217	293.031	446.248
Ativos líquidos	218.226	156.823	375.049
Total da contraprestação			(176.769)
Compra vantajosa	-	-	198.280

Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração da Companhia apurou um valor preliminar de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes conforme período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição, no valor de R\$ 198.280, foi reconhecido na linha Outras receitas operacionais; também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R\$ 67.415, sobre esse montante.

Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Mabel estão demonstrados a seguir:

Mais / Menos valia	Valor contábil (preliminar)
Estoques (i)	2.433
Imobilizado (ii)	63.223
Intangível (iii)	78.273
Passivo contingente (iv)	(293.031)
Ativo de indenização (v)	301.936

(i) São referentes ao saldo de estoque disponível para comercialização, calculados a valor justo menos os custos para vender os estoques;

(ii) Ativos imobilizados da Mabel a valor justo, conforme avaliação patrimonial, composto por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, benfeitorias em bens de terceiros, imobilizados em andamento.

(iii) Valor referente a marca Mabel e a valorização da carteira de cliente a valor justo.

(iv) Referente às contingências da CIPA Industrial e CIPA Nordeste, anteriormente classificadas como possíveis perdas. Conforme CPC 15/ IFRS 3, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) um valor justo assumido na negociação na pressuposição de liquidação da provisão para contingência. O valor total apurado de contingências possíveis é de R\$ 586.062, no entanto, considerando o prognóstico de perda estimada como possível pelos assessores jurídicos, a Administração no seu melhor julgamento definiu reconhecer 50% do risco envolvido.

(v) Valor referente ao ativo indenizatório para cobertura de valor equivalente ao das contingências possíveis conforme previsto no Contrato.

O resultado do ganho por compra vantajosa nesta transação, segundo avaliações preliminares, indica dever-se ao fato de não ter sido alcançado resultados positivos pelo vendedor, mesmo após esforços e investimentos, definição da estratégia de negócios do vendedor sem a presença de biscoito e cookies, combinado com a percepção de restrição / falta de interesses dos concorrentes neste negócio.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Investimento em controladas	1.478.195	1.427.968	-	-
Investimento em coligadas	-	-	34.703	34.746
Ágio na aquisição de investimento (*)	93.091	278.243	-	-
Mais valia na aquisição de investimentos (*)	197.959	52.488	-	-
	1.769.245	1.758.699	34.703	34.746

(*) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no Ativo intangível e as mais valias alocadas em seus grupos geradores, conforme previsto pelo CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo anterior	1.758.699	1.595.686	34.746	38.049
Aquisição de investimento Mabel	176.769	-	-	-
Compra vantajosa	198.280	918	-	-
Reclassificação para imobilizado os ativos da linha Toddy	(12.789)	-	-	-
Integralização de capital Pastificio Santa Amalia	-	175.000	-	-
Integralização de capital Camil Ecuador	-	262	-	-
Integralização de capital Café Bom dia	-	62.000	-	-
Integralização de capital AgroCoffe	-	1.000	-	-
Aquisição de Pastificio Santa Amalia (i)	-	239.809	-	-
Incorporação Pastificio Santa Amalia (i)	-	(190.551)	-	-
Mais valia Pastificio Santa Amalia (*)	-	(210.563)	-	-
Aquisição de investimento Fideicomisso Silcom S.A.	-	-	22.501	-
Venda Agencia Marítima Sur S.A. (ii)	-	-	(3.419)	-
Venda Tacua S.A.(ii)	-	-	(248)	-
Perda na alienação de investimentos	-	-	(450)	-
Amortização da Mais valia	(7.364)	(8.897)	-	-
Equivalência patrimonial	101.755	249.156	(634)	164
Dividendos (iii)	(253.499)	-	-	-
Reclassificação para intangível - ágio (iv)	(185.152)	-	-	-
Variação cambial em investimentos	(7.454)	(155.121)	(17.793)	(3.467)
Saldo final	1.769.245	1.758.699	34.703	34.746

(i) A empresa Pastificio Santa Amalia foi incorporada em 01/01/2022;

(ii) Venda de participações acionárias através da subsidiária Saman S.A.;

(iii) Dividendos referentes a subsidiária Camilatam S.A. O montante líquido impostos é de R\$ 232.467 conforme apresentado na demonstração dos fluxos de caixa; e

(iv) Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, a Administração da Companhia realizou análise detalhada de seus ativos intangíveis e investimentos e observou que, no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2022, foi apresentado o montante de R\$ 185.152 na rubrica de investimentos na Controladora. Conforme orientações do CPC 04 – Ativo Intangível, o montante referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura originado na aquisição de empresas que foram incorporadas à controladora em exercícios anteriores e devem estar apresentados na rubrica de intangível.

A movimentação do investimento na empresa Café Bom Dia que está em situação de passivo a descoberto pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo anterior	20.509	-	-	-
Aquisição Café Bom Dia	-	20.509	-	-
Equivalência patrimonial	(10.015)	-	-	-
Saldo final (*)	10.494	20.509	-	-

(*) Saldo apresentado no passivo.



Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta a reconciliação do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Equivalência patrimonial	101.755	249.156	(634)	164
Amortização da Mais valia	(7.364)	(8.897)	-	-
Equivalência patrimonial de controladas com passivo a descoberto	10.015	(20.509)	-	-
Saldo final	104.406	219.750	(634)	164

Controladas diretas

	28/02/2023			Saldo Investimento		
	Capital Social	Patrimônio Líquido	% Participação no capital	Equivalência patrimonial	28/02/2023	28/02/2022
Camilatam S.A.	264.361	1.236.418	100%	120.815	1.236.418	1.377.036
Ciclo Logística Ltda.	32.387	14.606	100%	(6.753)	14.606	21.359
Camilatam Ecuador S.A.S.	260	28.346	100%	172	28.346	27.691
Café Bom Dia S.A. – Em Recuperação Judicial (*)	75.010	(10.739)	97,71%	10.015	-	-
Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. – Em Recuperação Judicial (*)	1.751	2.367	90,33%	257	2.139	1.882
CIPA Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	704.639	196.686	100,00%	(20.103)	196.686	-
				104.406	1.478.195	1.427.968

(*) Os ativos relacionados ao Agro Coffe e Café Bom Dia estão devidamente registrados e recuperáveis.

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas:

	28/02/2023				Saldo Investimento		
	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	% Participação no capital	Equivalência patrimonial	28/02/2023	28/02/2022
SAMAN:							
ARROZUR Arroz Uruguayo S.A.	45.994	45.928	(589)	49,19%	(290)	22.592	22.892
Galofer S.A	48.680	16.913	(565)	45,00%	(255)	7.611	3.731
Tacua S.A	1.932	-	615	40,72%	251	-	317
Agencia Marítima Sur	1	-	(91)	40,72%	(37)	-	7.806
Fideicomiso Parque Eolico	-	22.501	(673)	20,00%	(303)	4.500	-
					(634)	34.703	34.746



Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Custo							
Saldo em 28/02/2021	70.186	346.096	799.616	21.268	87.636	29.142	1.353.944
Incorporação Pastifício Santa Amalia	21.819	51.267	124.123	-	4.018	9.274	210.501
Mais Valia Santa Amália	8.482	18.442	85.669	-	-	419	113.012
Aquisições	182	66	141	(8.309)	117.110	42	109.232
Baixas	-	(16.993)	(15.459)	-	(2.315)	(3.757)	(38.525)
Transferências	5.750	41.276	74.540	-	(125.916)	4.350	-
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	(5.458)	8.471	(3.875)	-	1.950	-	1.088
Saldo em 28/02/2022	100.961	448.625	1.064.755	12.959	82.483	39.470	1.749.252
Depreciação							
Saldo em 28/02/2021	-	(101.377)	(486.110)	-	-	(23.354)	(610.841)
Incorporação Pastifício Santa Amalia	-	(12.144)	(68.082)	-	-	(6.602)	(86.828)
Depreciação	-	(16.574)	(60.638)	-	-	(1.797)	(79.009)
Baixas	-	6.451	13.828	-	-	3.560	23.839
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	(1.604)	-	-	-	-	(1.604)
Saldo em 28/02/2022	-	(125.248)	(601.002)	-	-	(28.193)	(754.443)
Saldo em 28/02/2021	70.186	244.719	313.506	21.268	87.636	5.788	743.103
Saldo em 28/02/2022	100.961	323.377	463.753	12.959	82.483	11.277	994.809

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Custo							
Saldo em 28/02/2022	100.961	448.625	1.064.755	12.959	82.482	39.470	1.749.252
Aquisições	1.775	-	16.486	91.004	144.760	-	254.026
Baixas	-	(1.371)	(1.918)	-	(313)	(1.544)	(5.147)
Transferências	-	15.180	73.031	-	(93.261)	5.050	-
Reclassificação	19.114	27.475	-	-	-	-	46.589
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	-	98	-	-	-	98
Saldo em 28/02/2023	121.850	489.909	1.152.452	103.963	133.668	42.976	2.044.818
Depreciação							
Saldo em 28/02/2022	-	(125.248)	(601.002)	-	-	(28.193)	(754.443)
Depreciação	-	(18.962)	(81.455)	-	-	(3.086)	(103.503)
Baixas	-	1.274	1.624	-	-	1.385	4.283
Transferências	-	(7)	(3)	-	-	9	-
Saldo em 28/02/2023	-	(142.943)	(680.836)	-	-	(29.885)	(853.664)
Saldo em 28/02/2022	100.961	323.377	463.753	12.959	82.482	11.277	994.809
Saldo em 28/02/2023	121.850	346.966	471.616	103.963	133.668	13.091	1.191.154



Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Custo							
Saldo em 28/02/2021	149.349	659.057	1.480.405	21.268	101.784	107.848	2.519.711
Variação cambial	(12.567)	(41.378)	(61.012)	-	(1.854)	(6.384)	(123.194)
Aquisição de investimentos Pastifício Santa Amalia	29.863	67.119	207.304	-	9.754	10.809	324.849
Aquisição de investimentos Camil Ecuador	47.705	107.182	51.133	-	-	9.071	215.090
Aquisição Café Bom Dia	14.536	15.391	16.430	-	-	2.269	48.626
Aquisição Agro Coffee	-	-	-	-	-	36	36
Aquisições	660	4.924	21.472	(8.308)	142.229	1.952	162.929
Baixas	(5.768)	(39.014)	(24.524)	-	(3.902)	(8.082)	(81.290)
Transferências	5.750	47.251	92.173	-	(148.585)	3.411	-
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	(5.458)	8.471	(3.875)	-	1.948	-	1.088
Saldo em 28/02/2022	224.070	829.003	1.779.506	12.959	101.375	120.931	3.067.846
Depreciação							
Saldo em 28/02/2021	-	(228.694)	(1.057.016)	-	(10)	(63.446)	(1.349.166)
Variação cambial	-	12.525	45.826	-	(1)	2.544	60.894
Aquisição de investimentos Pastifício Santa Amalia	-	(11.871)	(66.667)	-	-	(7.345)	(85.883)
Aquisição de investimentos Camil Ecuador	-	(604)	(355)	-	-	(156)	(1.116)
Aquisição Café Bom Dia	-	(4.008)	(11.858)	-	-	(2.088)	(17.954)
Aquisição Agro Coffee	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Depreciação	-	(28.446)	(88.313)	-	-	(8.152)	(124.911)
Baixas	-	20.651	20.102	-	-	6.683	47.436
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	(1.604)	-	-	-	-	(1.604)
Saldo em 28/02/2022	-	(242.052)	(1.158.281)	-	(11)	(71.973)	(1.472.316)
Saldo em 28/02/2021	149.349	430.363	423.389	21.268	101.774	44.402	1.170.545
Saldo em 28/02/2022	224.070	586.951	621.225	12.959	101.364	48.958	1.595.529

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Custo							
Saldo em 28/02/2022	224.070	829.003	1.779.506	12.959	101.375	120.931	3.067.844
Variação cambial	1.415	1.830	(10.571)	-	(4)	16.877	9.547
Aquisição de investimentos Silcom S.A. (*)	786	13.709	23.298	-	-	8.542	46.335
Aquisição de investimentos Mabel (*)	53.185	181.012	234.290	-	1.861	10.221	480.569
Aquisições	8.977	7.292	25.493	93.625	170.410	3.573	309.370
Baixas	-	(4.566)	(7.608)	-	(321)	(3.350)	(15.846)
Reclassificação (**)	19.144	27.475	-	-	-	-	46.589
Transferências	-	19.795	89.516	-	(115.562)	6.104	(148)
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	-	98	-	-	-	98
Saldo em 28/02/2023	307.577	1.075.550	2.134.020	106.583	157.758	162.897	3.944.357
Depreciação							
Saldo em 28/02/2022	-	(242.052)	(1.158.281)	-	(11)	(71.973)	(1.472.317)
Variação cambial	-	(783)	(5.838)	-	-	(436)	(7.057)
Aquisição de investimentos Silcom S.A. (*)	-	(4.121)	(15.594)	-	-	(5.535)	(25.250)
Aquisição de investimentos Mabel (*)	-	(73.327)	(114.294)	-	-	(8.791)	(196.411)
Depreciação	-	(38.584)	(121.391)	-	-	(10.053)	(170.028)
Baixas	-	4.468	6.736	-	-	2.971	14.174
Transferências	-	(7)	2	-	-	155	147
Saldo em 28/02/2023	-	(354.406)	(1.408.660)	-	(11)	(93.662)	(1.856.743)
Saldo em 28/02/2022	224.070	586.951	621.225	12.959	101.364	48.958	1.595.529
Saldo em 28/02/2023	307.577	721.144	725.358	106.584	157.748	69.236	2.087.614

(*) Conforme mencionada na nota explicativa 8 - Combinação de Negócios

(**) Reclassificação do valor de bens destinados a venda devida a baixa expectativa da conclusão da venda no curto prazo.



Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As obras em andamento referem-se, a ampliação da capacidade de armazenagem e secagem do arroz em casca, além otimização dos processos de produção.

Em adiantamentos além dos valores destinados as obras acima, temos os adiantamentos referentes ao projeto de desenvolvimento da nova usina termoeletrica da Camil Energia, no valor de R\$ 74.647 (R\$ 18.585 em 28 de fevereiro de 2022).

A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$6.365 (R\$16.161 em 28 de fevereiro de 2022), que estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado registrados à rubrica de “Máquinas e equipamentos”. A controlada Costeño Alimentos S.A.C. possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia no valor de R\$87.045 (R\$83.670 em 28 de fevereiro de 2022), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias”. A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales - Saman, também possui empréstimos onde foram dados imóveis e máquinas em garantia no valor de R\$120.040 (R\$118.463 em 28 de fevereiro de 2022), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias” e “Máquinas e equipamentos”.

12. Intangível

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2021	22.700	-	240.085	4.932	854	16.057	284.628
Incorporação Pastificio Santa Amalia	10.677	-	84.277	13.273	-	-	121.509
Aquisições	8.304	-	51.464	-	-	12.642	72.410
Baixas	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Amortização	(13.162)	-	-	(1.143)	(311)	-	(14.616)
Transferência	22.115	-	-	-	-	(22.115)	-
Saldo em 28/02/2022	50.630	-	375.826	17.061	544	6.584	450.645

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2022	50.630	-	375.826	17.061	544	6.583	450.645
Aquisições	-	-	3.602	-	-	11.679	15.282
Baixas	(345)	-	-	-	-	-	(345)
Amortização	(19.079)	-	-	(3.250)	(311)	-	(22.640)
Transferência	16.255	-	-	-	-	(16.255)	-
Reclassificação de investimentos (NE 10)	-	185.152	-	-	-	-	185.152
Saldo em 28/02/2023	47.461	185.152	379.429	13.811	233	2.008	628.094

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2021	35.797	311.284	344.221	4.931	854	20.656	717.743
Variação cambial	(1.309)	(13.349)	(11.448)	-	-	(3.520)	(29.626)
Aquisições	10.797	-	51.464	-	-	12.642	74.903
Baixas	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Amortização	(15.623)	-	(1.077)	(1.564)	(311)	-	(18.575)
Transferência	22.115	-	-	-	-	(22.115)	-
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	10.901	13.282	84.277	13.694	-	-	122.154
Aquisição de investimentos Camil Ecuador	-	-	16.410	-	-	-	16.410
Aquisição Café Bom Dia	8	69.629	32.285	-	-	-	101.922
Saldo em 28/02/2022	62.683	380.846	516.133	17.061	543	7.662	984.928

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2022	62.683	380.846	516.133	17.061	543	7.662	984.928
Variação cambial	91	1.404	677	436	-	10	2.618
Aquisições	1.976	-	3.602	-	-	24.352	29.930
Baixas	(345)	-	-	-	-	-	(345)
Amortização	(22.091)	-	(1.175)	(6.558)	(311)	-	(30.135)
Transferência	16.255	-	-	-	-	(16.255)	-
Aquisição de investimentos Silcom S.A. (i)	-	31.209	17.382	30.634	-	-	79.225
Aquisição de investimentos Mabel (i)	-	-	75.623	3.021	-	-	78.644
Saldo em 28/02/2023	58.569	413.459	612.242	44.594	232	15.769	1.144.865

(i) Conforme mencionada na nota explicativa 8 - Combinação de Negócios.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de café		UGC de Massas		UGC de Biscoitos		Total	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	55.066	51.464	84.277	84.277	-	-	379.429	375.826
Imobilizado	135.821	129.182	103.274	98.539	679.720	534.559	38.687	-	219.236	232.529	14.416	-	1.191.154	994.809
Ativo de Direito de Uso	3.656	12.257	2.792	8.125	120.583	112.046	75	-	5.845	6.152	29.556	-	162.507	138.580
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	-	-	13.282	13.282	-	-	185.152	185.152
Outros intangíveis	141	151	40	41	46.825	51.726	12	-	16.497	22.901	-	-	63.514	74.819
	208.173	210.144	384.511	385.109	912.123	763.327	93.841	51.464	339.136	359.142	43.972	-	1.981.755	1.769.186

Consolidado	Alimentícios Brasil												Alimentício Internacional			
	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de café		UGC de Massas		UGC de Biscoitos		UGC de grãos		Total	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	87.351	83.749	84.277	84.277	-	-	200.528	108.022	612.242	516.133
Imobilizado	135.821	129.182	103.274	98.539	685.310	542.795	66.966	30.112	219.236	232.529	276.768	-	600.240	562.369	2.087.614	1.595.529
Ativo de Direito de Uso	3.656	12.257	2.792	8.125	159.901	122.236	75	-	5.845	6.152	41	-	13.469	12.183	185.779	160.953
Outros intangíveis	141	151	40	41	46.825	51.726	12	-	16.496	22.903	-	-	55.651	13.131	119.164	87.949
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.141	144.141	33.521	33.521	69.629	69.629	13.282	13.282	-	-	135.216	102.603	413.459	380.846
	208.173	210.144	384.318	384.917	980.687	805.408	224.033	183.490	339.135	359.143	276.809	-	1.005.104	798.308	3.418.258	2.741.410

(i) UGC de grãos: Grãos consolidado considera as operações da controladora e as operações de logística.

Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*) anualmente no mês de fevereiro. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 e da guerra na Ucrânia, a Companhia, até o momento, não sofreu impacto material financeiro negativo relevante, que possa resultar em conclusões para alteração das premissas adotadas para o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



13. Contratos de arrendamento

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2021	143.956	7.859	2.074	153.889
Incorporação Pastificio Santa Amalia (Nota explicativa 9)	1.903	4.638	259	6.800
Aquisições	18.051	1.301	1.321	20.673
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.243)	(409)	-	(1.652)
Atualização monetária	11.294	85	122	11.501
Amortização	(16.326)	(3.869)	(1.401)	(21.596)
Baixas	(31.073)	96	(58)	(31.035)
Saldo em 28/02/2022	126.562	9.701	2.317	138.580

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	126.562	9.701	2.317	138.580
Aquisições	33.763	3.950	3.685	41.398
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	-	(1.824)
Atualização monetária	12.606	360	98	13.064
Depreciação	(13.314)	(4.797)	(2.039)	(20.150)
Baixas	(8.815)	648	(394)	(8.561)
Saldo em 28/02/2023	149.516	9.324	3.667	162.507

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2021	152.784	7.952	4.670	2.449	167.855
Variação cambial sobre adoção inicial	(770)	(16)	(749)	(61)	(1.596)
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	2.120	4.891	-	326	7.337
Aquisições	22.546	1.306	-	12.590	36.442
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.243)	(409)	-	(185)	(1.837)
Atualização monetária	12.034	85	-	122	12.241
Depreciação	(20.102)	(4.230)	(505)	(3.633)	(28.470)
Baixas	(31.057)	96	-	(58)	(31.019)
Saldo em 28/02/2022	136.312	9.675	3.416	11.550	160.953

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	136.312	9.675	3.416	11.550	160.953
Variação cambial	(24)	2	(86)	5	(103)
Aquisições	11.400	4.872	-	41.129	57.401
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	-	(931)	(2.755)
Atualização monetária	12.606	360	-	316	13.282
Depreciação	(18.350)	(5.553)	(415)	(9.551)	(33.869)
Baixas	(9.384)	648	-	(394)	(9.130)
Saldo em 28/02/2023	131.274	9.466	2.915	42.124	185.779

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



b. Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo início do período	146.075	158.925	166.283	169.300
Variação cambial	-	-	(40)	(1.051)
Incorporação Pastifício Santa Amalia	-	7.508	-	-
Adições de novos contratos	65.488	22.050	73.882	39.125
Aquisição de investimentos Pastifício Santa Amalia	-	-	-	8.079
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(24.090)	(1.378)	(16.921)	(2.729)
Remensuração dos contratos de arrendamento	15.422	11.787	15.821	12.732
AVP reconhecido sobre remensuração	(2.359)	(286)	(2.432)	(329)
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(25.128)	(25.405)	(41.603)	(32.636)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	6.100	5.636	10.408	6.554
Baixas por alteração contratual	(10.957)	(32.762)	(10.958)	(32.762)
Saldo no final do período	170.550	146.075	194.440	166.283
Circulante	28.650	17.657	31.412	23.229
Não circulante	141.901	128.418	163.029	143.054
	170.551	146.075	194.441	166.283

A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora 28/02/2022				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	Total
fev/23	11.963	4.216	-	1.478	17.657
fev/24	11.025	3.925	-	817	15.767
fev/25	11.312	2.555	-	225	14.092
fev/26	11.657	-	-	-	11.657
fev/27	9.800	-	-	-	9.800
Após Fev/27	77.102	-	-	-	77.102
	132.859	10.696		2.520	146.075

	Controladora 28/02/2023				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	Total
fev/24	21.836	4.982	-	1.793	28.611
fev/25	30.411	3.429	-	1.376	35.216
fev/26	9.917	886	-	679	11.482
fev/27	9.580	1.876	-	-	11.456
fev/28	5.516	-	-	-	5.516
Após Fev/29	78.270	-	-	-	78.270
	155.530	11.173		3.848	170.551

	Consolidado 28/02/2022				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	Total
fev/23	14.343	4.307	450	4.129	23.229
fev/24	13.786	4.019	291	3.549	21.645
fev/25	13.164	2.653	24	3.071	18.912
fev/26	12.347	42	1	2.594	14.984
fev/27	9.800	-	-	609	10.409
Após Fev/27	77.104	-	-	-	77.104
	140.544	11.021	766	13.952	166.283

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 28/02/2023				Total
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos - com opção de compra	Veículos	
fev/24	14.852	5.133	332	11.061	31.378
fev/25	13.839	3.524	89	11.544	28.996
fev/26	11.469	927	46	11.318	23.760
fev/27	9.796	1.876	-	9.577	21.249
fev/28	5.740	-	-	2.632	8.372
Após Fev/29	80.686	-	-	-	80.686
	136.382	11.460	467	46.132	194.441

b) Resultado de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior há 12 meses) - nota 21	(18.281)	(10.324)	(35.459)	(20.431)
Amortização do arrendamento de aluguel - nota 21	(20.150)	(21.596)	(33.869)	(28.470)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - nota 22	(6.099)	(5.636)	(10.408)	(6.554)
Baixas de contratos	2.395	1.725	2.395	1.725
	(42.135)	(35.831)	(77.341)	(53.730)

c) Informações complementares

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 28/02/2023	181.150	239.906
Saldo do Passivo de arrendamento em 28/02/2023	182.919	239.517
Amortização acumulada do ativo de direito de uso	(47.819)	(63.793)
Amortização acumulada do Ajuste a Valor Presente (AVP)	(1.950)	(1.191)

A Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamento, devido aos impactos da pandemia da Covid-19, sendo assim, não adotou o expediente prático sobre Deliberação CVM nº 859, de 07 de julho de 2020.

14. **Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Produtos - mercado interno	445.504	576.165	680.845	791.737
Produtos - mercado externo	52.707	41.635	120.050	79.683
Fornecedores – Convênios (i)	96.108	115.614	96.108	115.614
Serviços	24.481	10.941	65.332	53.309
Frete a pagar	48.813	40.248	59.985	60.072
Outros fornecedores	1.178	621	1.178	621
	668.791	785.224	1.023.498	1.101.036

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia possui operações de convênios no montante de R\$ 96.108 (R\$115.614 em 28 de fevereiro de 2022). As transações de convênios são efetuadas junto às instituições financeiras de primeira linha e consistem na antecipação de recebíveis originados pela Companhia e executados por seus fornecedores. Com essa modalidade de transação o fornecedor consegue descontar suas duplicatas a uma taxa de desconto menor, visto que o crédito da Companhia é utilizado na avaliação de risco de inadimplência pelo Banco. A taxa de desconto utilizada é de aproximadamente 1,19% a.m, combinada com o prazo médio de 45 dias antecipados (Fev/22 – aproximadamente 0,98% a.m. e prazo médio de 45 dias antecipados).

15. Contas a pagar aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Custo de aquisição (i)				
SLC Alimentos	37.154	35.699	37.154	-
Pastificio Santa Amália	44.997	41.907	44.997	-
Silcom S.A.	-	-	11.329	-
	82.150	77.606	93.480	-
Passivo contingente (ii)				
CIPA	-	-	33.572	-
	82.150	77.606	127.052	-

- (i) Valores retidos do custo de aquisição da combinação de negócios como garantia de eventuais passivos originado de fatos ocorridos antes da data da aquisição. A liberação dos fluxos de caixa para os vendedores ocorrerá de acordo com cronograma de pagamentos definido no contrato de compra e venda;
- (ii) Valores acordados contratualmente que deverão ser repassados aos vendedores conforme o recebimento de determinados ativos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa média anual	Controladora		Consolidado	
			28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Capital de giro						
Moeda nacional	CDI	CDI + 1,59%	724.053	313.071	724.289	319.736
Moeda nacional	IPCA	5,77%	6.350	8.060	6.350	8.060
Moeda estrangeira (*)	USD	6,23%	34.951	15.476	594.699	379.326
Moeda estrangeira (**)	CLP	5,54%	-	-	175.278	163.232
Moeda estrangeira (***)	PEN	6,88%	-	-	146.214	119.923
Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (a)	-	11,75%	31.930	-	31.930	-
FINAME (a)	-	5,41%	6.365	16.161	6.365	16.161
Custo da transação			(817)	(1.255)	(2.749)	(1.255)
			802.833	351.513	1.682.378	1.005.183
Debêntures - Garantia Quirografária (b)						
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 1ª série	CDI	98% CDI a.a.	284.246	279.805	284.246	279.805
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 2ª série	CDI	101% CDI a.a.	344.342	338.799	344.342	338.799
Emitida em 29/09/2020 – 9ª emissão - Série única	CDI	100% CDI + 2,70%	372.600	365.708	372.600	365.708
Emitida em 05/05/2021 – 10ª emissão - Série única	CDI	100% CDI + 1,70%	627.505	619.718	627.505	619.718
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 1ª série	CDI	100% CDI + 1,55%	157.162	154.475	157.162	154.475
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 2ª série	CDI	100% CDI + 1,55%	523.873	514.917	523.873	514.917
Custo da transação			(9.905)	(14.875)	(9.905)	(14.875)
			2.299.823	2.258.547	2.299.823	2.258.547
			3.102.656	2.610.060	3.982.201	3.263.730
Circulante			774.061	108.427	1.147.143	599.910
Não circulante			2.328.595	2.501.633	2.835.058	2.663.820
			3.102.656	2.610.060	3.982.201	3.263.730

(*) USD - Dólar americano

(**) CLP - Pesos chilenos

(***) PEN - Novo Sol / Peru

a) Na controladora o FINAME de R\$ 6.365 está garantido por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (R\$16.161 em 28 de fevereiro de 2022) e o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor de R\$ 31.930 está garantido pelo penhor cedular de pescados.

b) A seguir, o histórico das emissões e pagamentos a vencer:

(i) Emissão em 16 de abril de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")

No dia 16 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A." no valor total de R\$600.000, em duas séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora ("CRA").

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de abril de 2023, no valor de R\$271.527, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 101% da taxa DI, com vencimento em 15 de abril de 2025, no valor de R\$328.473, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

(ii) Emissão em 29 de setembro de 2020 – Debentures

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$350.000. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A.

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 30 de março de 2021.

(iii) Emissão em 05 de maio de 2021 – Debentures

Em 05 de maio de 2021, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$600.000.

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão. O primeiro pagamento foi realizado em 05 de novembro de 2021.

A 9ª Emissão de debentures e a 10ª Emissão de debentures têm com objetivos de investimentos e preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida (Empréstimos, financiamentos, debêntures, operações de leasing com opção de compra menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras)/EBITDA (Lucro antes de impostos e receitas e despesas financeiras mais depreciação / amortização de imobilizado, intangível e ativo de direito de uso) igual ou inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos) igual ou inferior a 4,0x (quatro inteiros), após a data do vencimento dos Certificados de Recebimento do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão, qual seja, 15 de abril de 2025, ou até a liquidação antecipada integral, o que ocorrer primeiro. Até o referido vencimento ou liquidação o compromisso acima citado prevê cumprimento inferior ou igual a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos). Adicionalmente, para todas essas emissões, a Companhia poderá resgatar antecipadamente o total ou parcialmente as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas. A 11ª emissão de debentures tem como objetivo, vinculado a Primeira Série a construção e instalação da planta de cogeração de energia elétrica a partir de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



biomassa, e, relacionado a Segunda Série, captação de recursos para reforço do capital de giro da Companhia. As demais emissões de debêntures são decorrentes da compra de açúcar da Companhia.

Cláusulas restritivas

A Companhia monitora trimestralmente a previsibilidade de seus covenants financeiros e qualitativos e de suas controladas. Em 28 de fevereiro de 2023, todas as empresas do Grupo estavam adimplentes com as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras, assim como sem expectativa presente de descumprimento de cláusulas restritivas na data de medição das cláusulas de covenants. A seguir é demonstrado o cálculo do indicador Dívida Líquida/EBITDA baseada nas demonstrações financeiras consolidadas:

	28/02/2023	28/02/2022
Lucros antes das receitas e despesas financeiras	685.788	636.929
(+) Depreciação / amortização	234.032	172.858
EBITDA	919.820	809.787
Dívida bruta -(Empréstimos, financiamentos e leasing)	3.982.201	3.263.730
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.239.354)	(1.630.062)
Dívida líquida	2.742.847	1.633.668
Dívida líquida/EBITDA < 3,5	2,98	2,02

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Saldo inicial	2.610.060	1.872.831	3.263.730	2.195.321
Varição Cambial	(316)	390	2.175	(44.440)
Captações	566.544	1.379.488	1.969.059	2.318.062
Aquisição de investimentos Café Bom Dia	-	-	-	6.665
Aquisição de investimentos Pastificio Santa Amalia	-	2.726	-	3.082
Transferência processo	-	-	(3.707)	-
Juros e variações monetárias	363.067	157.638	376.470	169.319
Apropriação de custos	5.411	5.345	5.770	5.345
Amortização de principal	(128.127)	(710.967)	(1.302.323)	(1.288.852)
Amortização de juros	(313.983)	(97.391)	(328.973)	(100.772)
Saldo final	3.102.656	2.610.060	3.982.201	3.263.730

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Mar/23 a Fev/24	778.408	113.837	1.151.490	605.320
Mar/24 a Fev/25	904.026	377.619	981.032	432.058
Mar/25 a Fev/26	779.770	703.929	941.678	755.562
Mar/26 a Fev/27	813	779.698	85.416	817.971
Mar/27 a Fev/28	325.345	769	452.937	18.611
Após Fev/28	325.016	650.338	382.302	650.338
Custo debêntures	(10.722)	(16.130)	(12.655)	(16.130)
	3.102.656	2.610.060	3.982.200	3.263.730

(*) As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	1.067	14.338	-	-
Ciclo Logística Ltda.	4.030	3	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A (*)	-	-	6.440	4.538
Comisaco S.A	-	-	6.811	7.339
Arrozur S.A	-	-	362	44
Direito de uso:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	29.515	-	-	-
Outros:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	32.000	-	-	-
Climuy S.A.	-	-	-	500
	66.612	14.341	13.613	12.421
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Coligadas:				
Galofer S.A (*)	-	-	29.127	28.745
Adiantamento para aquisição de investimentos (a)	-	-	42.782	42.220
	-	-	71.909	70.965
Total do ativo	66.612	14.341	85.522	83.386

* Contas a receber no montante de R\$ 6.440 relacionado a venda de energia elétrica gerada pela Coligada Galofer S.A

- a) Em 27 de abril de 2021, a empresa coligada Saman firmou contrato para aquisição de 100% do capital social da empresa Climuy S.A. empresa sob controle comum. O valor de aquisição foi de R\$42.782, que foi liquidado nessa mesma data. O valor registrado na linha de adiantamentos para aquisição de investimentos, demonstrado no quadro acima, está convertido pela taxa em 28 de fevereiro de 2023, e equivale a US\$ 8.215 mil dólares norte-americanos. A diferença entre a taxa de fechamento das demonstrações e a taxa de fechamento da operação está refletida na linha de variação cambial no patrimônio líquido.

Considerando que se trata de uma operação entre empresas sob controle comum, conforme Pronunciamento Técnico CPC 05 e conforme a Política para Transação com Parte Relacionadas da Camil Alimentos, esta operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Camil Alimentos em reunião realizada em 03 de março de 2021;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, foi apurado considerando, a sua aferição por laudo de avaliação do patrimônio líquido a valor contábil, emitido por empresa especializada.

A conclusão desta operação está sujeita à certas aprovações de órgãos reguladores do Uruguai. Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia ainda aguarda a obtenção de determinadas aprovações juntos aos órgãos reguladores.

Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	21.178	5.850	-	-
Ciclo Logística Ltda.	15.907	10.679	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	29.249			
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	16.765			
Empresas Tucapel S.A.	-	-	93	-
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	11.319	-
Arrozur S.A.	-	-	6.674	3.135
Passivo de Arrendamento				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda. (Mabel)	29.515	-	-	-
Outros:				
Q4 Itajaí Empreend. e Participações Ltda.	-	229	-	229
Juros sobre Capital Próprio (*)	17.810	17.315	17.810	17.315
Total do passivo	130.424	34.073	35.896	20.679

(*) O total de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar é de R\$25.000, sendo R\$ 17.810 referentes a partes relacionadas e R\$7.190 referentes aos acionistas minoritários.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes. Em 28 de fevereiro de 2023, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

Resultado	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Receita com venda de casca de arroz				
Galofer S.A	-	-	380	(166)
Compra de Arroz Beneficiado				
S.A Molinos Arroceros Nacionales	(131.427)	(94.378)	-	-
Compra de Café				
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	(19.292)	-	-	-
Agro Coffee Comercio, Importacao E Exportacao Ltda - Em recuperação Judicial	(11.228)			
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	(238.206)	(143.956)	-	-
Compra de Biscoitos				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(38.436)			
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(16.765)			
Receitas (Despesas) com irrigação				
Climuy S.A.	-	-	55	184
Comisaco S.A	-	-	59	-
Despesas com royalties				
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	(600)	-	-	-
Despesas com arrendamento				
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	(2.400)	-	-	-
Despesas com parboilização de arroz				
Arrozur S.A	-	-	(33.210)	(29.381)
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	(2.241)	(10.662)
	(458.354)	(238.334)	(34.957)	(40.025)

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer os estoque nível Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz").

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Na sequência, o valor das transações relacionadas com Companhias vinculadas aos administradores e acionistas:

Resultado	Controladora e Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022
Despesas de Aluguel		
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(3.802)
Q4 Itajai Empreendimentos e Participações Ltda.	(3.413)	(2.547)
Despesas com serviços aéreos		
Albatro Empreendimentos e Participações	(1.704)	(1.454)
Gabbiano Empreendimentos e Participações	(535)	(237)
	<u>(5.652)</u>	<u>(8.040)</u>

O prédio e terreno onde está situada a unidade produtiva do estado de São Paulo que pertencia a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, se encerrou em 20 de agosto de 2021.

Serviços de taxi aéreo fornecidos pelas partes relacionadas Albatro Empreendimentos e Participações e Gabbiano Empreendimentos e Participações totalizaram R\$ 1.704 até 28 de fevereiro de 2023 (R\$1.454 em 28 de fevereiro de 2022).

a) Avais concedidos

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	28/02/2023	28/02/2022
Empresas relacionadas:		
Galofer S.A.	8.544	-
	<u>8.544</u>	<u>-</u>
Terceiros:		
Balerel SRL	1.562	2.056
	<u>1.562</u>	<u>2.056</u>
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	358	547
Em operações com fornecedores	8.276	11.632
	<u>8.634</u>	<u>12.179</u>
Total garantias	<u>18.740</u>	<u>14.234</u>

A garantia com terceiros para a Balerel SRL está vinculada a um arrendamento de campo de arroz, onde a renda recebida é utilizada para amortizar o empréstimo, e, todo arroz produzido pelo campo arrendado é comprado pela Saman. A garantia com os demais produtores de arroz tem o mesmo objetivo de garantir a safra.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 28 de fevereiro 2023, incluindo remunerações fixas e variáveis, totalizou R\$7.963 (R\$ 7.739 em 28 de fevereiro de 2022) e está apresentado na rubrica despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado.

18. Provisão para demandas judiciais

18.1 Riscos prováveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos em andamento de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e previdenciária. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas com esses processos. As movimentações que ocorreram no período findo em 28 de fevereiro de 2023 referem-se, à atualização dos processos trabalhistas, cíveis, tributários, previdenciários e ambientais, bem como novas provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários. e são apresentadas abaixo:

A provisão para riscos é assim formada:

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2021	1.691	14.468	1.711	17.870
Incorporação Pastificio Santa Amalia	40	1.003	193	1.236
Adições	1.351	7.753	6.489	15.593
Reversões	(547)	(5.447)	(1.801)	(7.796)
Baixas/Pagamentos	(132)	(1.850)	(25)	(2.007)
Em 28 de fevereiro de 2022	2.403	15.927	6.566	24.896

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	2.403	15.927	6.566	24.896
Adições	1.257	23.129	4.912	29.299
Reversões	(624)	(6.605)	(11)	(7.240)
Baixas/Pagamentos	(446)	(1.083)	(191)	(1.720)
Em 28 de fevereiro 2023	2.591	31.365	11.277	45.234

Depósitos judiciais	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2021	(753)	(2.535)	(3.308)	(6.596)
Incorporação Pastificio Santa Amalia	(10)	(1.124)	(684)	(1.817)
Adições	(15)	(1.704)	(55)	(1.774)
Baixas/Pagamentos	671	1.481	68	2.219
Em 28 de fevereiro de 2022	(106)	(3.882)	(3.980)	(7.968)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Controladora				
Depósitos judiciais	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	(106)	(3.882)	(3.980)	(7.968)
Adições	-	(1.985)	(126)	(2.111)
Baixas/Pagamentos	17	505	909	1.431
Em 28 de fevereiro 2023	(89)	(5.362)	(3.197)	(8.648)

Consolidado				
Riscos	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2021	1.714	21.429	1.711	24.854
Variação Cambial	-	(99)	-	(99)
Aquisição do Café Bom Dia	907	339	15.913	17.159
Aquisição Pastificio Santa Amalia	37	769	200	1.007
Adições	1.351	7.986	6.489	15.826
Reversões	(461)	(4.343)	(1.803)	(6.607)
Baixas/Pagamentos	(144)	(5.767)	(26)	(5.936)
Em 28 de fevereiro de 2022	3.407	20.315	22.482	46.204

Consolidado				
Riscos	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	3.407	20.315	22.482	46.204
Variação Cambial	-	3	-	3
Adições	13.716	28.584	5.301	47.601
Aquisição de investimentos Mabel (nota 8)	228.798	5.255	67.883	301.936
Reversões	(682)	(7.099)	(13.043)	(20.824)
Baixas/Pagamentos	(472)	(1.226)	(191)	(1.889)
Em 28 de fevereiro 2023	244.767	45.832	82.432	673.031

Consolidado				
Depósitos judiciais	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2021	(764)	(3.938)	(3.308)	(8.010)
Aquisição do Café Bom Dia	(84)	(1)	(943)	(1.028)
Aquisição Pastificio Santa Amalia	(9)	(1.041)	(670)	(1.720)
Adições	(37)	(2.067)	(55)	(2.159)
Baixas/Pagamentos	691	2.403	67	3.161
Em 28 de fevereiro de 2022	(203)	(4.645)	(4.909)	(9.757)

Consolidado				
Depósitos judiciais	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	(203)	(4.645)	(4.909)	(9.757)
Adições	(62)	(3.382)	(2.103)	(5.547)
Aquisição de investimentos Mabel (nota 8)	-	(20.521)	-	(20.521)
Baixas/Pagamentos	73	1.067	909	2.050
Em 28 de fevereiro 2023	(192)	(27.481)	(6.103)	(33.776)

A Companhia provisiona os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (*success fee*) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****18.1.1 Trabalhistas**

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas e constitui provisão baseada em prognósticos prováveis de perda. Houve andamentos processuais em determinados processos que desencadearam a alteração de prognóstico para provável de casos relevantes no exercício findo em 28 de fevereiro de 2023 comparativamente ao divulgado em 28 de fevereiro de 2022.

Adicionalmente, a Companhia possui diversos processos trabalhistas, em que se enquadra como responsável subsidiária, referente às verbas rescisórias dos empregados de uma antiga prestadora de serviços, o que em 28 de fevereiro de 2023, ocasionou uma provisão de R\$ 9.200 (R\$ 2.145 em 28 de fevereiro de 2022).

18.1.2 Cíveis

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações cíveis, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração.

18.1.3 Tributário

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações tributárias e constitui provisão baseada em prognósticos prováveis de perda no total de R\$ 82.432.

Não foram constituídas novas provisões entre 30 de novembro de 2022 e 28 de fevereiro de 2023.

Durante o período compreendido entre 1º de março de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, em avaliação dos respectivos assessores legais, foram feitas mudanças de prognósticos de perda para determinados processos que ensejaram a constituição de novas provisões, dentre os quais se destaca, por critério de materialidade, o tema de IRPJ citado na Nota 19.

18.2 Incertezas tributárias de imposto de renda e contingências classificadas como perda possível

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentam incertezas tributárias de imposto de renda, no valor de R\$ 395.966 (Controladora – R\$ 395.911) - vide detalhes na nota explicativa 20.2, - e contingências classificadas pelos assessores jurídicos como perdas possível, no valor de R\$ 696.663 (Controladora – R\$ 624.696), totalizando R\$ 1.092.629 (Controladora – R\$ 1.020.607).

18.2.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem judicialmente com Sindicatos da categoria demandas referentes à reajustes salariais, horas extras entre outros pedidos, dentre elas há duas demandas que tiveram alterações nesse ano, quais sejam: (i) em relação ao primeiro processo, em 04 de novembro de 2022, foi publicada a decisão que inadmitiu o recurso de revista referente ao processo ocasião em que houve alteração do prognóstico de possível para provável e aumento o valor de perda provável para R\$ 7.406 (R\$ 821 em 28 de fevereiro de 2022). O processo aguarda julgamento do recurso na instância superior e a Companhia e seus assessores legais entendem haver baixas chances de êxito. Há pedidos classificados com prognósticos possíveis que, em 28 de fevereiro de 2023, totalizavam R\$ 82 (R\$ 5.213, 28 de fevereiro de 2022), e (ii) no que se refere ao segundo processo, em 13 de setembro de 2022, o Ministério Público se manifestou opinando pelo desprovimento do recurso. Na época, o processo foi enviado para liquidação e, em 21 de novembro de 2022, nossos consultores externos informaram a alteração do prognóstico de

possível para provável o que resultou em uma provisão de R\$ 4.222. Este caso ainda possui pedidos classificados com prognósticos possíveis que, em 28 de fevereiro de 2023, totalizavam R\$ 2.286 (R\$ 16.152, 28 de fevereiro de 2022).

Adicionalmente, a Companhia passou a provisionar os processos trabalhistas, em que se enquadra como responsável subsidiária, referente às verbas rescisórias dos empregados de uma antiga prestadora de serviços., o que em 28 de fevereiro de 2023, ocasionou uma provisão de R\$ 9.200 (R\$ 2.145 em 28 de fevereiro de 2022).

18.2.2 Cíveis

Os processos de naturezas cíveis, Judiciais e Administrativos, da Companhia e suas controladas, são em sua maioria litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, incluindo contrato de representação comercial e transportes, questões regulatórias, acidentes de trânsito, relações de consumo, dentre outros. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer.

18.2.3 Tributário

ICMS

A Companhia discute judicialmente o aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições cujas saídas subsequentes são realizadas com redução da base de cálculo do imposto (benefício fiscal de produtos da cesta básica), no montante de R\$ 30.853 (R\$ 28.674 em 28 de fevereiro de 2022). Atualmente, aguarda-se a realização de perícia em primeira instância. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

A Companhia discute judicialmente e administrativamente cobrança de ICMS em face da diferença entre o imposto destacado no documento fiscal e o efetivamente cobrado no estado de origem em operações de transferência (Guerra Fiscal), no montante de R\$ 14.409 (R\$ 13.979 em 28 de fevereiro de 2022), referente aos períodos de 04 a 08/2008, 01/2008 a 08/2011 e 03/2002 a 12/2002. Foram protocolados três pedidos de remissão dos débitos, nos termos da LC 160/2017. Atualmente um dos pedidos já foi deferido e houve o cancelamento da inscrição em Dívida Ativa do débito. A Companhia está tomando as providências necessárias para arquivamento da ação judicial. Aguarda-se atualmente o julgamento dos demais pedidos de remissão. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono parte com o prognóstico de perda possível com viés remoto (R\$ 748) e parte como perda remota (R\$ 13.661).

A Companhia discute judicialmente cobrança de ICMS em face da diferença entre o imposto destacado no documento fiscal e o efetivamente cobrado no estado de origem em operações de transferência (Guerra Fiscal), do período de 10/2008 e 07/2009, no montante de R\$ 34.914 (R\$ 33.349 em 28 de fevereiro de 2022), de operações realizadas pela empresa incorporada SLC Alimentos. Em junho de 2019, houve a reunião das execuções fiscais sobre a matéria. Houve o sobrestamento do processo até que haja o julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 490 do STF. Considerando que o referido tema não guarda pertinência com o quanto discutido nos processos, foi interposto Agravo Interno, ao qual foi negado provimento ensejando a interposição de Recursos Especial e Extraordinário. Foram proferidas decisões que inadmitiram o Recurso Especial e negou seguimento ao Recurso Extraordinário. A Companhia interpôs agravo de decisão denegatória de recurso especial e atualmente aguarda-se julgamento do recurso. Ademais, aguarda-se apreciação de pedido administrativo de remissão dos débitos, nos termos da LC 160/2017. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico

de perda possível com viés remoto.

A Companhia discute judicialmente cobrança de ICMS, em face da empresa incorporada SLC Alimentos, em razão do suposto aproveitamento indevido de crédito presumido calculado sobre operações de compra de arroz em casca de cooperativas e industrialização por encomenda, no montante de R\$ 16.288, incluindo juros e multa (R\$15.234 em 28 de fevereiro de 2022). Atualmente aguarda-se apreciação de de laudo pericial e julgamento do processo. A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

Imposto de Importação

A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de auto de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2007 a 2009 no montante de R\$37.773 (R\$35.941 em 28 de fevereiro de 2022). A Companhia obteve decisão favorável em segunda instância e, atualmente, aguarda-se o julgamento de Recurso Especial da PGFN. A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

PIS e COFINS

(i) A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$21.799 (R\$21.061 em 28 de fevereiro de 2022). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

(ii) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento por compensação de tributos federais de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos. Os débitos exigidos nos processos administrativos, incluindo multa, totalizam R\$190.538 (R\$177.791 em 28 de fevereiro de 2022). Atualmente aguarda-se julgamento das impugnações e recursos voluntários interpostos pela Companhia. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

ISS

A Companhia discute administrativamente e judicialmente cobrança de ISS realizada pelo Município de Rio Grande/RS, relacionada ao procedimento de secagem de arroz, no montante de R\$ 66.126 (R\$ 33.553 em 28 de fevereiro de 2022 e R\$ 65.147 em 31 de agosto de 2022). O aumento do valor dos débitos sob discussão se deu em decorrência da atualização monetária dos débitos já existentes, bem como de nova autuação sofrida pela Companhia em julho de 2022. Atualmente aguarda-se julgamento das impugnações nos processos administrativos e julgamento de agravo em recurso especial interposto pelo município em processo judicial. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto.

IRPJ/CSLL

Os temas e discussões relativos a IRPJ/CSLL estão relacionados e explicados na Nota 20.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Composição do capital social de R\$950.374, em 28 de fevereiro de 2023 e 28 de fevereiro de 2022 (capital autorizado de R\$2.500.000), integralmente representado por ações ordinárias:

Acionistas	Ações Ordinárias			
	28/02/2023		28/02/2022	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	65,64%	229.735.239	62,09%
Controladores e Administradores	19.838.264	5,67%	19.809.764	5,35%
Ações em tesouraria	486.500	0,14%	9.986.500	2,70%
Free float	99.939.997	28,55%	110.468.497	29,86%
Total	350.000.000	100,00%	370.000.000	100,00%

b) Lucro por ação:

Cálculo do lucro por ação:	28/02/2023	28/02/2022
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	353.421	477.784
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	346.274.517	363.181.275
Lucro líquido, básico, por ação do capital social – em Reais	1,0206	1,3156
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	353.421	477.784
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	346.274.517	363.181.275
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga (Nota 18.d)	1.984.556	1.984.556
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga (Nota 18.d)	2.194.794	2.194.794
Opções de ações exercíveis – 3ª outorga (Nota 18.d)	1.764.554	705.821
Opções de ações exercíveis – 4ª outorga (Nota 18.d)	722.079	-
	352.940.499	368.066.446
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social – em Reais	1,0014	1,2981

(*) A média ponderada de ações da Companhia está impactada pela movimentação das ações em tesouraria adquiridas, durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023

c) Programa de recompra de ações

Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o sétimo programa de recompra de ações, para aquisição de até 10.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567/2015. O objetivo do programa de recompra é realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O programa tem prazo de 18 meses, contados a partir de 01 de abril de 2022 (inclusive), tendo como termo final o dia 30 de setembro de 2023. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

Após o início do Programa de Recompra de Ações, acima descrito, a Companhia efetuará o cancelamento do saldo de ações em tesouraria quando este atingir o total de 10.000.000 de ações ordinárias, em cumprimento à Resolução CVM nº 77/22, cancelando o total de 10.000.000 de ações ordinárias.

Em 13 de abril de 2022 a Companhia efetuou o cancelamento do montante de 10.000.000 de ações ordinárias que estavam em tesouraria. Com o cancelamento no valor de R\$ 105.784, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia passou a ser de 360.000.000 de ações.

Em 8 de dezembro de 2022 foi concluído o programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022, por meio do qual foram adquiridas 10.000.000 de ações ordinárias, totalizando 9.986.500 ações remanescentes em tesouraria para atendimento de outorgas, cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, nos termos da legislação aplicável.

Em 12 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o oitavo programa de recompra de ações, para aquisição de até 9.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Resolução CVM nº 77/2022. O objetivo do programa de recompra é realizar a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de cancelamento, atendimento das outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações, permanência em tesouraria ou alienação, de modo a maximizar a alocação de capital e geração de valor para os acionistas. O programa tem prazo de 18 meses, contados a partir de 13 de janeiro de 2023, inclusive, tendo como termo final o dia 12 de julho de 2024. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

Em 1º de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou o cancelamento do montante de 10.000.000 de ações ordinárias que estavam em tesouraria. Com o cancelamento, o total de ações ordinárias de emissão da Companhia passou a ser de 350.000.000 de ações.

Em 28 de fevereiro de 2023 a cotação da ação da Companhia era de R\$ 8,03/ação.

d) Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a sexta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 30 de junho de 2021 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 3.936.719 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$9,22 (nove reais e vinte e dois reais centavos) por ação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos Beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

Exercício das opções

As opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o *vesting* (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

A seguir a posição de opções outorgadas até 28 de fevereiro de 2023 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$18.968 (R\$13.051 em 28 de fevereiro de 2022):

Data da Outorga:	31/10/2017		12/12/2017		01/04/2019		02/04/2020	
	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto
Exercício das Opções								
20% no segundo aniversário	575.513	533	588.802	436	838.254	1.043	825.533	1.023
30% no terceiro aniversário	863.269	1.070	883.202	929	1.257.381	2.000	1.238.300	1.917
50% no quarto aniversário	1.438.782	2.176	1.472.004	1.955	2.095.635	3.841	2.063.833	2.896
	2.877.563	3.779	2.944.008	3.320	4.191.270	6.884	4.127.666	5.836

Data da Outorga:	31/03/2021		31/03/2022		Total		Valor provisionado líquido
	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade Outorgada	Valor provisionado bruto	
Exercício das Opções							
20% no segundo aniversário	612.679	1.278	787.344	882	4.228.124	5.195	3.430
30% no terceiro aniversário	919.018	1.636	1.181.016	1.088	6.342.186	8.640	5.704
50% no quarto aniversário	1.531.697	2.454	1.968.360	1.582	10.570.310	14.904	9.834
	3.063.395	5.368	3.936.719	3.552	21.140.621	28.739	18.968

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir, o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga e a movimentação:

	Primeira outorga				Segunda outorga			
	31/10/2017				12/12/2017			
	01/04/2019				01/04/2019			
Data de emissão	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de aditivo								
Preço do exercício	9,00	9,00	9,00	N/A	9,00	9,00	9,00	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	9,60	10,24	11,00	N/A	9,51	10,14	10,94	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,24%	8,40%	9,17%	N/A	6,89%	8,24%	9,22%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	3,00	4,00	N/A	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	32%	32%	32%	N/A	32%	32%	32%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	398.711	598.067	996.778	1.993.556	439.259	658.888	1.098.147	2.196.294
Quantidade de opções outorgadas	575.513	863.269	1.438.782	2.877.563	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008
Quantidade de ações canceladas	(176.801)	(265.202)	(442.004)	(884.007)	(149.543)	(224.314)	(373.857)	(747.714)
Quantidade de ações exercíveis	398.711	598.067	996.778	1.993.556	439.259	658.888	1.098.147	2.196.295
Quantidade de opções exercidas	(9.000)	-	-	(9.000)	(1.500)	-	-	(1.500)
Quantidade de opções a exercer	389.711	598.067	996.778	1.984.556	437.759	658.888	1.098.147	2.194.795
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,34	1,79	2,18	N/A	0,99	1,41	1,78	N/A

	Terceira outorga				Quarta outorga			
	01/04/2019				01/04/2020			
	01/04/2019				01/04/2020			
Data de emissão	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de aditivo								
Preço do exercício	6,96	6,96	6,96	N/A	7,98	7,98	7,98	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	7,56	7,86	8,32	N/A	8,24	8,75	9,02	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,40%	7,91%	8,46%	N/A	4,22%	5,90%	6,29%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	3,00	4,00	N/A	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	32%	32%	32%	N/A	33%	33%	33%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	705.821	1.058.732	1.764.553	3.529.106	723.579	1.085.368	1.808.947	3.617.893
Quantidade de opções outorgadas	838.254	1.257.381	2.095.635	4.191.270	825.533	1.238.300	2.063.833	4.127.666
Quantidade de ações canceladas	(132.433)	(198.649)	(331.082)	(662.164)	(101.955)	(152.932)	(254.887)	(509.773)
Quantidade de ações exercíveis	705.821	1.058.732	1.764.553	3.529.106	723.579	1.085.368	1.808.947	3.617.893
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Quantidade de opções a exercer	705.821	1.058.732	1.764.553	3.529.106	720.579	1.085.368	1.808.947	3.614.894
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,48	1,89	2,22	N/A	1,41	1,82	2,19	N/A

	Quinta outorga				Sexta outorga			
	31/03/2021				31/03/2022			
	31/03/2021				31/03/2022			
Data de emissão	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de aditivo								
Preço do exercício	10,12	10,12	10,12	N/A	9,22	9,22	9,22	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	10,92	11,70	12,17	N/A	10,39	10,99	11,60	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	6,59%	8,09%	8,34%	N/A	11,66%	11,48%	11,35%	N/A
Tempo contratual de exercício	2,00	3,00	4,00	N/A	2,00	3,00	4,00	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	34%	34%	34%	N/A	33%	33%	33%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395	787.344	1.181.016	1.968.360	3.936.719
Quantidade de opções outorgadas	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395	787.344	1.181.016	1.968.360	3.936.719
Quantidade de ações canceladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações exercíveis	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395	787.344	1.181.016	1.968.360	3.936.719
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções a exercer	612.679	919.018	1.531.697	3.063.395	787.344	1.181.016	1.968.360	3.936.719
Valor justo estimado (R\$/ação)	2,20	2,78	3,31	N/A	2,45	3,02	3,51	N/A

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a movimentação das opções das seis outorgas no período:

	Primeira outorga				Segunda outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2022	389.711	598.067	996.778	1.984.556	437.759	658.888	1.098.148	2.194.795
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de opções exercíveis em 28/02/2023	389.711	598.067	996.778	1.984.556	437.759	658.888	1.098.148	2.194.795

	Terceira outorga				Quarta outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2022	705.821	1.058.732	1.764.553	3.529.106	720.579	1.085.368	1.808.947	3.614.894
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de opções exercíveis em 28/02/2023	705.821	1.058.732	1.764.553	3.529.106	720.579	1.085.368	1.808.947	3.614.894

	Quinta outorga				Sexta outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2022	612.680	919.018	1.531.697	3.063.395	-	-	-	-
Opções outorgadas	-	-	-	-	787.343	1.181.016	1.968.360	3.936.719
Saldo de opções exercíveis em 28/02/2023	612.680	919.018	1.531.697	3.063.395	787.343	1.181.016	1.968.360	3.936.719

e) Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total de R\$ 62.683 em 28 de fevereiro de 2023 (R\$ 127.577 em 26 de fevereiro de 2022), registrados como redutores da receita bruta na demonstração de resultados.

f) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro

A seguir, os eventos ocorridos no exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, relativos à distribuição de proventos aos acionistas:

- (i) Em 19 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2022, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2023. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,069719118 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 10 de junho de 2022.
- (ii) Em 19 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2022, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2023. O valor bruto aprovado foi de R\$30.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,083616305 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 01 de junho de 2022.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



- (iii) Em 25 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2023. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,070584263 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 13 de setembro de 2022.
- (iv) Em 24 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2023. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,071425816 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 12 de dezembro de 2022.
- (v) Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2023. O valor bruto aprovado foi de R\$25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,071487089 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 3 de março de 2023.

Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 28 de fevereiro de 2023 e 28 de fevereiro de 2022:

	28/02/2023	28/02/2022
Lucro do exercício	353.421	477.784
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(62.683)	(127.577)
Base para constituição de reserva legal	290.738	350.207
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(14.537)	(17.510)
Ajuste de realização do custo atribuído	4.118	4.118
Base de cálculo para o dividendo	280.319	336.815
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	70.080	84.204
Dividendos adicionais do ano	59.920	10.796
Remuneração aprovada para acionistas	130.000	95.000
Pagamentos realizados através de JCP	100.000	95.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP	(15.000)	(14.250)
Dividendos adicionais pagos	30.000	-
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte	115.000	80.750

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Resultado antes dos impostos	379.685	446.966	395.225	509.339
Alíquotas nominais (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal (Adições) / Exclusões permanentes	(129.093)	(151.968)	(134.377)	(173.175)
Equivalência patrimonial	38.001	74.715	(216)	56
Subvenção de ICMS	21.249	43.376	21.249	43.376
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	34.000	39.100	34.000	39.100
Reconhecimento créditos sobre indêbitos da Selic	3.102	25.640	3.102	25.640
Outras exclusões (adições) permanentes (*)	6.477	(45)	34.701	34.385
Valor registrado no resultado	(26.264)	30.818	(41.541)	(30.618)
Alíquotas efetivas	6,9%	-6,9%	10,5%	6,0%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países.

Incertezas tributárias de imposto de renda

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos materiais nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos fiscais.

Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais como prováveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23/ICPC22, conforme relacionados a seguir:

20.1 Riscos prováveis

A Companhia, em agosto de 2022, ajuizou mandado de segurança para garantir o direito de transmitir PER/DCOMP para o aproveitamento de créditos de IRPJ dos anos-calendário de 2013 e 2014, oriundos da exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ (por força da Lei Complementar 160/2017). A Receita Federal impediu a transmissão de pedido de restituição ou declaração de compensação, para aproveitamento do crédito, alegando que deveriam ser feitos em até cinco anos do período de apuração. A Companhia entende, no entanto, que o prazo de cinco anos é para começar a compensar o seu crédito (o que foi feito), e não para compensá-lo na integralidade. Ademais, apenas com o advento da Lei Complementar 160, no ano de 2017, os benefícios fiscais de ICMS passaram a ser considerados como subvenções para investimento, e, nesse contexto, foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O direito à reapuração retroativa só nasceu em 2017 e, portanto, o prazo de cinco anos começou a correr em 2017, e não no período de apuração original. Em 14 de novembro de 2022, a Companhia foi intimada de sentença judicial de improcedência. Em vista desse evento, os assessores legais reclassificaram o prognóstico para perda provável e a Companhia realizou provisão relativa ao valor do crédito, de R\$ 23.864.

20.2 Incerteza tributárias de Imposto de Renda

A Companhia e suas controladas discutem atualmente assuntos relacionados a cobranças de IRPJ e CSLL que, segundo avaliação dos respectivos assessores legais, têm prognóstico de perda possível e correspondem a tratamentos fiscais incertos prováveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais (nos termos do ICPC22). O valor total sob discussão consolidado é de R\$ 395.966 (R\$ 391.805 em 28 de fevereiro de 2022) e, na controladora, de R\$ 395.911 (R\$ 391.805 em 28 de fevereiro de 2022).

Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais como prováveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23/ICPC22.

i) A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2011 a 2012, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante total de R\$352.336 (R\$322.829 em 28 de fevereiro de 2022), incluindo multa e juros de mora.

O entendimento da Administração é de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). Atualmente aguardamos julgamento dos recursos especiais interposto pelo Fisco e pela Companhia.

ii) Em 14 de abril de 2022, a Companhia realizou administrativamente um pedido de restituição relativo a crédito de CSLL de 2013 oriundo da reapuração retroativa da contribuição tendo em vista o advento da Lei Complementar 160/2017, que definiu que os benefícios fiscais de ICMS são considerados subvenção para investimento e, portanto, foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$7.810. Aguarda-se a análise do pedido.

iii) A Companhia discute administrativamente débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da dedução de custo de matéria-prima adquirida de fornecedor posteriormente considerado inidôneo pela Receita Federal, no montante de R\$22.487 (R\$20.623 em 28 de fevereiro de 2022). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.

iv) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e o respectivo adicional de IRPJ do exercício de 2017, tendo em vista a exclusão de valores benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo de referidos tributos, nos termos Lei Complementar 160/2017. A Receita Federal do Brasil glosou parte das compensações de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, apurados em 2017, realizadas nos exercícios seguintes (2018 e 2020), exigindo IRPJ e CSLL de tais períodos no montante de R\$33.458 (R\$30.087 em 28 de fevereiro de 2022), incluindo juros e multa. Atualmente aguarda-se julgamento da impugnação.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



v) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e IRRF do exercício de 2017, no montante de R\$33.231 (R\$29.992 em 28 de fevereiro de 2022), incluindo juros e multa, em face da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos, pela empresa incorporada SLC Alimentos, de despesas com aquisição de matéria-prima de fornecedor considerado inidôneo e por realização de pagamento sem causa. Atualmente em um dos casos aguarda-se julgamento da impugnação e no outro foi proferida decisão de improcedência da impugnação, com prazo para interposição de recurso. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

vi) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL do exercício de 2017 e 2018, no montante de R\$15.368 (R\$13.846 em 28 de fevereiro de 2022), incluindo juros e multa, decorrente das deduções fiscais realizada pela empresa incorporada Pastifício Santa Amália, a título de amortização de ágio gerado da operação de investimento formalizada no ano de 2013, em face da transferência do capital para a empresa Alicorp S.A. A impugnação foi julgada improcedente e atualmente aguarda-se julgamento de recurso voluntário. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.276	1.542	3.767	2.874
Provisão para participação nos resultados	8.165	4.413	9.947	5.782
Provisão para demandas judiciais	23.493	8.464	32.156	13.459
Prejuízos fiscais e bases negativas	13.211	17.485	15.495	22.405
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	3.716	4.082	3.716	4.082
Provisão para perdas de estoques	2.069	1.209	3.997	3.550
Provisão para perdas de créditos tributários	4.957	4.715	5.213	4.967
Provisão de descontos sobre vendas	23.100	10.087	23.160	10.146
Ágio sobre incorporação	10.333	11.482	10.333	11.482
Realização de mais valias de ativos	1.503	-	1.503	-
Provisão para perda com operações descontinuadas	9.231	9.014	9.231	9.014
Movimentações IFRS 16 - Ativo de direito de uso	70.612	58.470	84.742	62.360
Outras provisões temporárias	9.200	3.307	17.995	8.560
Total	181.866	134.270	221.254	158.681

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Diferença temporária passiva				
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	41.032	41.033	41.032	41.033
Sobre alocação à intangíveis	38.985	38.986	51.922	52.011
Sobre alocação à imobilizados	9.072	9.956	9.072	9.956
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	49.962	66.740	61.102	66.740
Diferimento sobre crédito de exclusão de ICMS	10.338	-	12.611	-
Lucro do exterior	3.627	3.627	3.627	3.627
Movimentações IFRS 16 - Passivo de arrendamento	68.118	56.161	70.165	57.291
Sobre compra vantajosa	67.728	-	67.728	-
Outras diferenças temporárias	565	564	43.668	31.007
	289.427	217.067	360.926	261.665

Ativo	-	-	15.235	-
Passivo	(107.561)	(82.797)	(154.907)	(102.984)
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	(107.561)	(82.797)	139.672	102.984

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

21. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	8.500.808	7.329.136	10.575.413	9.155.108
Mercado externo	229.765	318.862	1.173.142	1.106.228
	8.730.573	7.647.998	11.748.555	10.261.336
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(653.649)	(573.906)	(740.169)	(645.482)
Devoluções e abatimentos	(638.096)	(454.119)	(802.898)	(599.999)
	(1.291.745)	(1.028.025)	(1.543.067)	(1.245.481)
Receita líquida de vendas	7.438.828	6.619.973	10.205.488	9.015.855

22. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Custos das vendas e serviços	(5.973.058)	(5.453.973)	(8.085.625)	(7.237.702)
Despesas com vendas	(673.742)	(495.649)	(1.060.306)	(807.525)
Despesas gerais e administrativas	(441.300)	(305.309)	(586.604)	(443.197)
	(7.088.100)	(6.254.931)	(9.732.535)	(8.488.424)

Gastos por natureza

Matéria prima e materiais	(5.386.298)	(4.999.768)	(7.105.441)	(6.365.971)
Serviços de terceiros	(122.825)	(104.854)	(189.694)	(158.366)
Gastos com manutenção	(153.846)	(115.729)	(178.884)	(144.357)
Pessoal	(504.475)	(362.352)	(776.304)	(586.477)
Fretes	(479.266)	(375.194)	(773.307)	(616.631)
Comissões sobre vendas	(47.977)	(32.800)	(63.302)	(51.885)
Energia elétrica	(57.450)	(48.666)	(90.030)	(77.653)
Depreciação e amortização	(126.143)	(93.625)	(200.165)	(144.388)
Amortização ativo de direito de uso	(20.150)	(21.596)	(33.867)	(28.470)
Locação	(18.281)	(10.324)	(35.459)	(20.431)
Impostos e taxas	(10.376)	(12.601)	(29.207)	(34.720)
Despesas com exportação	(34.091)	(24.698)	(92.841)	(82.741)
Outras despesas	(126.922)	(52.724)	(164.034)	(176.334)
	(7.088.100)	(6.254.931)	(9.732.535)	(8.488.424)

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Compra vantajosa Dajahu	-	-	-	45.411
Negociação quitação Pactual	-	-	-	34.069
Adesão a Transação Excepcional – PGFN	-	-	-	26.299
Perdas com operações descontinuadas	-	(2.780)	-	(2.780)
Ajuste Crédito s/ Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	-	(1.326)	-	(1.326)
Pagamento de Auto de Infração ICMS	-	(7.450)	-	(7.450)
Baixa benfeitorias unidades Santa Cruz	-	(1.733)	-	(1.733)
Venda sede Chile	-	-	-	11.830
Compra Vantajosa Mabel	198.280	-	198.280	-
Outros	(6.524)	2.240	15.189	5.014
	191.756	(11.049)	213.469	109.334

(*) No consolidado temos o impacto de R\$ 11.392 referente ao perdão de dívida do Banco Rural recebido pela controlada Café Bom Dia S.A. – Em Recuperação Judicial.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Despesas financeiras				
Juros	(354.130)	(157.747)	(389.115)	(172.625)
Juros sobre arrendamentos	(6.100)	(5.636)	(10.408)	(6.554)
Instrumentos financeiros derivativos	(123.611)	(111.596)	(123.611)	(111.596)
Variação cambial passiva	(17.009)	(21.521)	(25.394)	(28.588)
Variação monetária	(11.653)	(6.279)	(11.685)	(4.737)
Outras	(17.757)	(14.196)	(32.331)	(21.809)
	(530.260)	(316.975)	(592.544)	(345.909)
Receitas financeiras				
Juros	8.186	5.926	30.998	20.776
Descontos obtidos	2.612	2.442	2.761	2.459
Aplicações financeiras	96.820	58.779	99.710	59.127
Instrumentos financeiros derivativos	115.579	99.924	115.579	99.924
Variação cambial ativa	30.200	16.264	40.891	23.676
Variação monetária	9.658	6.863	8.724	7.589
Outras receitas com variações monetárias	-	-	1.977	3.219
Outras	-	-	1.341	1.549
	263.055	190.198	301.981	218.319
	(267.205)	(126.777)	(290.563)	(127.590)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****a) Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



		Controladora			
		28/02/2023		28/02/2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	988.730	988.730	1.239.750	1.239.750
Aplicações financeiras	2	13.740	13.740	33.712	33.712
Contas a receber	2	883.276	883.276	725.515	725.515
		1.885.746	1.885.746	1.998.977	1.998.977
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	674	674	528	528
		674	674	528	528
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	668.791	668.791	785.224	785.224
Empréstimos e financiamentos	2	3.102.656	3.106.899	2.610.060	2.614.255
Passivo de arrendamento	2	170.551	170.551	146.075	146.075
Outras contas a pagar	2	30.941	30.941	17.057	17.057
		3.972.939	3.977.182	3.558.416	3.562.611

		Consolidado			
		28/02/2023		28/02/2022	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	1.225.614	1.225.614	1.596.350	1.596.350
Aplicações financeiras	2	13.740	13.740	33.712	33.712
Contas a receber	2	1.331.654	1.331.654	1.212.386	1.212.386
		2.571.008	2.571.008	2.842.448	2.842.448
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	674	674	528	528
		674	674	528	528
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	1.023.498	1.023.498	1.101.036	1.101.036
Empréstimos e financiamentos	2	3.982.201	3.711.551	3.263.730	3.267.925
Passivo de arrendamento	2	194.441	194.441	166.283	166.283
Outras contas a pagar		119.313	119.313	89.317	89.317
		5.319.453	5.048.803	4.620.366	4.624.561

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Saldo Ativo em 28/02/2023
Importações Futuras	Dólar	360	50	18.000	637
Importações Futuras	Euro	25	50	1.250	37
Saldo em 28/02/2023		385	100	19.250	674

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Notas 3 e 4):

Rating	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
AA+	-	-	137.800	285.840
AAA	-	-	3.747	-
AAA-	-	-	17.360	48
brA-1+	964.166	1.236.289	993.360	1.236.289
	964.166	1.236.289	1.152.267	1.522.177

ii. Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no período findo em 31 de agosto de 2022, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado

i. Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI, ou equivalentes nas controladas internacionais. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Capital de Giro	Flutuação do CDI	13,65%	730.639	(99.732)	(124.665)	(149.598)
Debêntures	Flutuação do CDI	13,65%	2.309.728	(315.278)	(394.097)	(472.917)
Total				(419.336)	(524.170)	(629.005)
Variação (perda)					(104.834)	(209.669)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	13,65%	977.906	138.317	103.738	69.159
Total				138.317	103.738	69.159
Variação (perda)					(34.579)	(69.158)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	141.547	148.615	111.461	74.308
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/USD	5,3000	17.360	307	(4.109)	(8.526)
Total				148.923	107.352	65.781
Variação (perda)					(41.571)	(83.141)

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida (variação cambial)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,3000	592.768	(10.495)	(161.310)	(312.125)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3725	146.214	(16)	(36.573)	(73.131)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	175.278	(8.753)	(54.760)	(100.768)
Total				(19.264)	(252.643)	(486.024)
Variação (perda)					(233.379)	(466.760)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,3000	592.768	(10.495)	(161.310)	(312.125)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3725	146.214	(16)	(36.573)	(73.131)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	175.278	(8.753)	(54.760)	(100.768)
Total				(19.264)	(252.643)	(486.024)
Variação (perda)					(233.379)	(466.760)

Instrumento	Risco	Conversão	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,3000	592.768	(10.495)	(161.310)	(312.125)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3725	146.214	(16)	(36.573)	(73.131)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	175.278	(8.753)	(54.760)	(100.768)
Total				(19.264)	(252.643)	(486.024)
Variação (perda)					(233.379)	(466.760)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa	Valor	Cenário Base R\$(Mil)	Cenário 2 25% R\$(Mil)	Cenário 3 50% R\$(Mil)
Derivativos	Flutuação do BRL/USD	5,3000	94.638	1.675	(25.753)	(49.832)
Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	5,4219	6.977	(40)	(1.695)	(3.429)
Total				1.635	(27.448)	(53.261)
Variação (perda)					(29.083)	(54.896)

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Riscos climáticos

A Companhia possui exposições relacionadas às mudanças climáticas, tendo em vista que eventos climáticos adversos podem impactar a produção das principais commodities nos países de origem de matéria-prima na América Latina, que podem causar volatilidade nos preços de commodities e/ou rupturas na cadeia de suprimentos.

Eventuais mudanças regulatórias ou mudanças estruturais na sociedade relacionadas à percepção de clientes e consumidores em relação à contribuição sustentável da Companhia para a sociedade podem demandar investimentos adicionais em P&D. A estratégia de sustentabilidade da Companhia consiste em monitorar riscos atrelados ao tema e em iniciativas de grupos de trabalho, atrelados aos temas materiais de sustentabilidade aprovados pelo Conselho de Administração, e reportados anualmente por meio do Relatório de Sustentabilidade. A Companhia atrela metas ESG à remuneração variável de executivos e reporta os resultados das iniciativas periodicamente ao Comitê executivo de ESG e Ética.

Adicionalmente, a Companhia acompanha as alterações das legislações regulatórias/setoriais quanto ao risco de alterações que possam impactar a atual condução dos negócios, não tendo sido observado quaisquer eventos que produzam impactos financeiros. Avaliou-se também quando ao fato da Companhia não ter planos ou alteração na forma ou composição dos produtos da Companhia que possam resultar em impactos na mensuração dos ativos, notadamente contas a receber, estoques e imobilizado, ou dos passivos, por obrigações presentes por eventos passados, que devam ser registrados nas demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023.

Sendo estas as circunstâncias, as demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023, não requereu ajustes decorrentes dos riscos relacionados às mudanças climáticas.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Devedora. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia), em 28 de fevereiro de 2023 a companhia revisou o índice e estava em conformidade.

26. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional.

Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Ativo						
Circulante	3.471.057	3.140.694	1.616.003	1.688.416	5.087.060	4.829.110
Não circulante	3.067.404	2.180.984	1.059.417	920.876	4.126.821	3.101.860
Ativo total	6.538.461	5.321.678	2.675.420	2.609.292	9.213.881	7.930.970
Passivo						
Circulante	1.707.923	957.728	850.872	1.006.939	2.558.795	1.964.667
Não circulante	2.558.206	2.902.243	1.097.457	185.059	3.655.663	3.087.302
Passivo total	4.266.129	3.859.971	1.948.329	1.191.998	6.214.458	5.051.969

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	01/03/2022 a 28/02/2023	01/03/2021 a 28/02/2022	01/03/2022 a 28/02/2023	01/03/2021 a 28/02/2022	01/03/2022 a 28/02/2023	01/03/2021 a 28/02/2022
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	8.716.924	7.463.943	1.858.489	1.691.165	10.575.413	9.155.108
Mercado externo	229.765	318.862	943.377	787.366	1.173.142	1.106.228
	8.946.689	7.782.805	2.801.866	2.478.531	11.748.555	10.261.336
Devoluções de vendas					-	-
Impostos sobre vendas	(695.848)	(596.586)	(44.322)	(48.896)	(740.170)	(645.481)
Devoluções e abatimentos	(659.690)	(460.507)	(143.207)	(139.493)	(802.897)	(600.000)
	(1.355.537)	(1.057.093)	(187.529)	(188.389)	(1.543.066)	(1.245.482)
Receita líquida de vendas	7.591.150	6.725.712	2.614.337	2.290.143	10.205.488	9.015.855
Custos das vendas e serviços	(6.124.488)	(5.533.466)	(1.961.137)	(1.704.236)	(8.085.625)	(7.237.702)
Lucro bruto	1.466.664	1.192.246	653.200	585.907	2.119.863	1.778.153
Despesas de vendas	(678.721)	(511.357)	(381.584)	(296.168)	(1.060.306)	(807.525)
Despesas gerais e administrativas	(294.626)	(199.592)	(57.946)	(70.747)	(352.572)	(270.339)
Depreciação e amortização	(170.162)	(123.362)	(63.870)	(49.496)	(234.032)	(172.858)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	207.980	53.382	4.855	56.116	212.835	109.498
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	531.134	411.317	154.654	225.613	685.788	636.929
Despesas financeiras	(538.823)	(318.455)	(53.721)	(27.454)	(592.544)	(345.909)
Receitas financeiras	267.803	191.476	34.178	26.843	301.981	218.319
Lucro antes dos impostos	260.114	284.337	135.111	225.002	395.225	509.340
IRPJ e CSLL	(27.417)	15.433	(14.124)	(46.051)	(41.541)	(30.618)
Lucro líquido	232.697	299.770	120.987	178.951	353.684	478.721

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 28 de fevereiro de 2023:

Risco	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em risco	Custo da apólice	Valor em risco	Custo da apólice
Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	2.109.428	3.946	4.605.349	7.308
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	5.528.700	1.400	7.160.360	2.607
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	7.000	26	49.286	244
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	60.000	114	61.322	129
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	282.946	1.742	284.129	1.751
Veículos	Sinistros diversos	100% da tabela FIP	68	-	525
Riscos de engenharia	Obras e riscos civis	-	-	-	-
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos Pessoais, danos materiais e custos de limpeza	800	14	800	14
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% da venda	117	90% das vendas	527
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	26.265	163	26.265	163
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas.	30.994	206	33.279	228

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Transações Não Caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2023	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2022
Atividades operacionais				
Ativos circulantes (a)	-	(152.335)	(168.142)	(213.451)
Ativos não circulantes (a)	-	-	(330.596)	(1.044)
Passivos circulantes (a)	-	251.961	79.905	345.146
Passivos não circulantes (a)	-	9.851	373.584	74.338
	-	109.477	45.249	204.989
Atividades de investimentos				
Adições imobilizado (b)	6.923	-	4.404	1.996
Adições intangível (b)	5.652	-	5.652	-
	-	-	-	-
	12.575	-	10.056	1.996
Atividades de financiamentos				
Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento	41.398	20.673	57.401	36.442
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	9.748
	41.398	20.673	57.401	46.190

- a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes advindos das operações de combinações de negócios; e
- b) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras.

29. Eventos Subsequentes

- a) Outorga de novas opções de compras de ações

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a sétima outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 ("Plano de Opção de Compra").

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 5.798.413 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$7,15 (sete reais e quinze centavos) por ação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Camil Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camil Alimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Camil Alimentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 28 de fevereiro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camil Alimentos S.A. e da Camil Alimentos S.A. e suas controladas em 28 de fevereiro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Projeções utilizadas na avaliação da redução ao valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.18, 9 e 12)

A Companhia mantém registrado em seu ativo intangível no Consolidado, valores pagos por marcas e patentes adquiridas, no montante de R\$ 612.242 mil (R\$ 379.429 mil na Controladora), e ágios fundamentados em sinergia e em expectativa de rentabilidade futura oriundos de aquisição de negócios, no montante de R\$ 413.459 mil, no Consolidado (R\$ 185.152 mil na Controladora).

A Companhia efetuou o teste do valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de crescimento e a taxa de desconto.

Definimos esse assunto como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição das unidades geradoras de caixa.

Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência dos modelos de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e taxas de desconto, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, considerando o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.

Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.

Revisamos análise de sensibilidade elaborada pela Companhia para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados, a metodologia de avaliação do valor recuperável, assim como as divulgações efetuadas sobre o tema, estão consistentes com as evidências obtidas por nós.

Porque é um PAA

Avaliação e divulgação dos riscos tributários e fiscais (Notas 2.8.1, 2.19, 18.2 e 20.2)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Em 28 de fevereiro de 2023, contingências classificadas como perdas possíveis e tratamentos tributários incertos do Imposto de Renda e da contribuição social totalizam R\$ 1.020.607 mil na Controladora e a R\$ 1.092.629 mil no Consolidado. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos externos, estima os possíveis desfechos e impactos para esses diversos assuntos e constitui provisão para os casos considerados como sendo provável a saída futura de caixa.

Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o Imposto de Renda e a contribuição social sobre o lucro, onde a avaliação legal conclui ser provável que a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia e suas controladas nas suas respectivas apurações corrente e passadas do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia e suas controladas não contabilizam os valores envolvidos, porém divulgam as circunstâncias em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A determinação quanto as probabilidades de perda e seus respectivos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais. Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas e premissas que influenciam a determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por isso, essa área foi considerada como umas das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar, mensurar, registrar e divulgar provisões e tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, bem como acompanhar o progresso dos processos judiciais e das correspondentes jurisprudências. Obtivemos confirmação direta de determinados assessores jurídicos externos e internos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.

Para as causas mais significativas, com o apoio de nossos especialistas legais, discutimos com a administração a razoabilidade do prognóstico de perda e, para as incertezas tributárias de Imposto de Renda, a concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia e suas controladas.

Por amostragem, testamos os cálculos dos valores envolvidos e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as documentações-suporte, bem como com as normas contábeis aplicáveis. Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões e divulgações efetuadas estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Determinação do valor do ganho por compra vantajosa (Notas 2.2 e 9(b))

Em 1o de novembro de 2022, após cumprimento de todas as condições precedentes, a Companhia adquiriu, de forma conjunta, a totalidade das quotas de emissão das empresas CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. (ambos representados por "Mabel"), e os ativos que compõem a linha de produção e o licenciamento para utilização da marca "Toddy" para cookies ("linha Toddy para cookies").

Concomitante com o processo de compra, a Companhia contratou empresa especializada e independente para assessorar a administração na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Como resultado da avaliação, apurou e contabilizou, de forma preliminar, ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 198.280 mil.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois a utilização de diferentes estimativas e premissas na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, podem alterar de forma significativa a determinação do valor da compra vantajosa com impacto no valor registrado no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Mabel e da linha Toddy para cookies, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para estabelecer a totalidade e integridade da

base de dados, os cálculos para a alocação do preço de compra e consequente determinação do ganho por compra vantajosa.

Efetuamos também, revisão dos trabalhos da administração em relação à avaliação das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a Mabel.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Avaliamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, por ocasião da determinação do valor do ganho por compra vantajosa, e seus correspondentes efeitos tributários, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados, no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, base para a determinação do ganho por compra vantajosa, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes
ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 19 de maio de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal

Contador CRC 1SP187382/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CAMIL ALIMENTOS S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35300146735
CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A., em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia por meio de suas reuniões com representantes da Administração e Auditores Independentes.

CONCLUSÃO: Com base nesses trabalhos, evidências e no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., apresentado sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentados e refletem a situação patrimonial da Companhia e estão aptos a serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2023.

Maria Elena Cardoso Figueira
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Conselheiro

Marcos Silveira
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE", "Comitê de Auditoria" ou "Comitê") da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2018, com a função de assessorar referido órgão da administração, sendo regido pela Instrução CVM 308, de 14 de janeiro de 1999, alterada pela Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulamentações aplicáveis.

O Comitê de Auditoria possui um Regimento Interno, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 08.12.2021, o qual tem por finalidade estabelecer normas e definir as responsabilidades e atribuições para o funcionamento do Comitê de Auditoria da Camil, observados o Estatuto Social da Companhia, a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada em vigor ("Lei das S.A."), as demais regulamentações aplicáveis, bem como as melhores práticas de governança corporativa ("Regimento Interno").

A atual composição do Comitê é formada por 3 (três) membros, todos independentes, tendo sido eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13.01.2022. O Sr. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê, atende aos requisitos de reconhecida experiência em contabilidade societária e finanças, o Sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia e o Marcelo Marcondes Leite de Souza como membro efetivo do Comitê de Auditoria na Companhia. Cabe ressaltar que nenhum membro do Comitê participa da Diretoria da Companhia.

1. Atividades Comitê – Exercício 2022/2023

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2022 e fevereiro de 2023, o Comitê reuniu-se em 11 (onze) vezes, em sessões ordinárias. Além da participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral da Companhia, o Comitê reuniu-se em 4 (quatro) oportunidades com o Conselho de Administração e quando convocado, participou de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para discussão dos principais temas acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a ordem do dia, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

1.1 Principais Assuntos

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Internos e Independentes, com os Diretores da Companhia e demais estruturas de controles, como as áreas Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, a fim de realizar o entendimento e avaliação dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia. Os principais temas discutidos nas reuniões foram:

Governança Corporativa

- Análise e discussão das informações de atualização do Formulário de Referência, especialmente as relacionadas aos tópicos de "fatores de riscos" e "gerenciamento de riscos e controles internos";
- Ciência e acompanhamento do orçamento e dimensionamento das estruturas de Governança Corporativa (Gerência de Auditoria Interna e Comitê de Auditoria);
- Discussão e recomendação de abordagens e metodologias de governança corporativa adotadas pela Companhia, como Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Análise aderência de documentos normativos emitidos pela Companhia aos exigidos pelo mercado para empresa de capital aberto (conforme regulamento do Novo Mercado – B3) e aos recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e
- Monitoramento de transações com "Partes Relacionadas" realizadas no período.

Auditoria Interna

- Avaliação e validação do Plano Anual da Auditoria Interna (elaboração e execução);
- Análise e discussão dos relatórios de auditoria interna emitidos no período; e
- Monitoramento da implementação de pontos de auditoria interna.

Auditor Independente

- Análise e discussão do planejamento dos trabalhos a serem executados pelo auditor independente ao longo do período;
- Discussão e recomendação para aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anual, incluindo os respectivos pareceres da auditoria independente;
- Análise e discussão dos relatórios emitidos pelo Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e de recomendações ("carta de recomendações") e
- Discussão e recomendação de execução de serviços extra auditoria pelo Auditor Independente (avaliações de conflitos de interesse que possam comprometer a independência dos auditores externos).

Gestão de Riscos e Controles Internos

- Avaliação e validação dos planejamentos anuais dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (elaboração e execução);
- Análise e discussão dos riscos críticos e/ou emergentes vislumbrados para o período, compondo os riscos prioritários para gestão pela Companhia ("risk assessment");
- Análise, discussão e monitoramento dos processos de gestão e formalização de riscos prioritários e controles-chaves, através das matrizes de riscos e controles e

- Análise e discussão sobre o processo de emissão e gestão de documentos normativos, especialmente “políticas”.

Compliance

- Avaliação e validação do planejamento anual dos trabalhos da área Compliance (elaboração e execução);
- Análise, discussão e monitoramento de aplicação do Código de Ética e condução do Canal de Ética (gestão e apuração de denúncias);
- Adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e
- Monitoramento da implementação do Programa de Integridade da Camil Alimentos.

Tecnologia da Informação (TI)

- Análise e discussão do nível de maturidade do ambiente de Tecnologia da Informação (avaliação COBIT);
- Avaliação do ambiente geral de controles de TI (“ITCG”) e planos de ação para mitigação de níveis de exposição aos riscos e
- Análise e discussão de riscos específicos de TI, como os de continuidade operacional e segurança da informação.

Outros Temas

- Acompanhamento dos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas fusões e aquisições (M&A);
- Acompanhamento de compromissos contratuais de financiamento ou empréstimos firmados pela Companhia (covenants), especialmente aos vinculados ao nível de endividamento / alavancagem e
- Acompanhamento das atividades da área Jurídica (trabalhista, tributárias dentre outras), especialmente aquelas com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade.

2. Auditor Independente

O auditor independente da Companhia é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (“PWC”), responsáveis pelo exame e emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões.

O Comitê mantém com a PWC um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. No período de março de 2022 a fevereiro de 2023, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando tempestivamente sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Por fim, reuniu-se com a PWC, tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes, deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

3. Auditoria Interna

A Companhia dispõe de uma área de Auditoria Interna (Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos e Compliance – “Gerência de Auditoria Interna”), a qual está estruturalmente vinculada à Diretoria Financeira, e funcionalmente se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. A estrutura de Auditoria Interna adotada pela Companhia permite que a área desenvolva suas funções de forma ampla e independente.

O comitê de Auditoria, conforme suas atribuições, supervisionou as atividades realizadas pela Gerência de Auditoria Interna e aferiu a qualidade e a efetividade da área na avaliação dos processos gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, através da elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna.

4. Recomendações

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2022 e fevereiro de 2023, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Os membros do Comitê de Auditoria da Camil Alimentos S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam à análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2023.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Coordenador

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero
Membro do Comitê

Marcelo Marcondes Leite de Souza
Membro do Comitê

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023 e autorizam a sua publicação.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2023.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório do Auditor Independente - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2023.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI